

ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.

Relatório de revisão do auditor independente
sobre as informações intermediárias

Demonstrações contábeis intermediárias
consolidadas condensadas
Em 30 de setembro de 2020

ODEBRECHT ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO S.A.

Demonstrações contábeis intermediárias consolidadas condensadas
Em 30 de setembro de 2020

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS CONDENSADAS

Aos
Acionistas e Administradores da
Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
São Paulo - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas condensadas da Odebrecht Engenharia e Construção S.A. ("Companhia"), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 21 (R3) - Demonstração intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações intermediárias consolidadas condensadas

Denúncias de irregularidades e acordo global com autoridades

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 (a) às demonstrações contábeis consolidadas, e como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal ("MPF") e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem empresas, ex-executivos e executivos da Companhia e suas controladas, incluindo a CNO S.A.

Paralelamente, e em decorrência da Operação Lava Jato, a partir de 2015 foram ajuizadas ações de improbidade administrativa pelo MPF, Advocacia Geral da União ("AGU"), determinados Ministérios Públicos Estaduais e Petrobrás S.A. contra a Odebrecht S.A. - Em Recuperação Judicial ("ODB"), a Companhia, algumas de suas controladas e certos executivos e ex-executivos, requerendo o pagamento de indenização e multa, a proibição de contratação com o poder público, o recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras.

Em 1º de dezembro de 2016, a ODB, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao Grupo ODB, firmou o Acordo de Leniência com o MPF, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, com exceção da Braskem S.A. (“Braskem”), conforme refletido em suas demonstrações financeiras. Este acordo é parte de um Acordo Global coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no qual a ODB, ou outra empresa de seu grupo econômico, comprometeu-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, reajustadas pela taxa SELIC simples. Em 08 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento e passando a Companhia a ser garantidora subsidiária de tais obrigações.

O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e a reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando, ainda, a preservação e a continuidade das atividades do Grupo ODB, a retomada de contratação com entes públicos e o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas no Brasil e no exterior.

Em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF comprometeu-se a (i) não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Operação Lava Jato e (ii) não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos demais órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da ODB, da Companhia e suas controladas.

Em 09 de julho de 2018, a ODB e suas controladas assinaram o Acordo de Leniência com a AGU e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, pelo qual se comprometeram a pagar, em 22 anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, a ser deduzido dos R\$ 3.828 milhões do Acordo de Leniência firmado com o MPF.

A controlada indireta da Companhia, CNO, já assinou 8 (Oito) Acordos de Leniência com a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”). Além disso, em 22 de novembro de 2018, foram homologados, pelo Tribunal do CADE, 6 (seis) Termos de Cessação de Conduta, que totalizaram R\$ 507 milhões em termos de contribuições pecuniárias da pessoa jurídica e das pessoas físicas. A CNO segue em negociação com o CADE para a celebração de outros Termos de Cessação de Conduta.

A CNO também mantém tratativas com Estados e Municípios para firmar acordos e/ou adesões ao Acordo de Leniência, pelos quais a Companhia, em contrapartida à não adoção de sanções contra si, se obrigará a colaborar com as autoridades e a reparar os entes lesados.

Em 29 de janeiro de 2019, foi anunciado um acordo entre a CNO e o Banco Mundial, onde foi acordada a inelegibilidade da CNO e de suas subsidiárias integrais de contratar por 03 (três) anos projetos financiados pelo Banco Mundial. Não houve aplicação de multa no referido acordo.

Em 04 de setembro de 2019, foi anunciado um acordo entre a Companhia, a CNO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (“BID”), onde foi acordada a inelegibilidade da CNO e algumas de suas subsidiárias integrais, excetuadas as sucursais e subsidiárias na África, de contratar projetos financiados pelo BID até 01 de agosto de 2024. Também foi acordado o pagamento de uma contribuição pecuniária no valor de US\$ 50 milhões, iniciando-se a partir de 2024, conforme os termos e condições de pagamento do acordo. A Companhia e a CNO seguem em tratativas com outra instituição internacional para celebração de novo acordo.

Em suas operações no exterior, a Companhia e suas controladas seguem envidando seus maiores esforços para alcançar entendimentos junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência, buscando inclusive apoio das autoridades brasileiras na interlocução com as autoridades locais. Até o presente momento, no âmbito do Grupo ODB, já foram firmados acordos com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru, além das autoridades americanas, suíças e brasileiras.

Nas demonstrações contábeis das controladas da Odebrecht Engenharia e Construção S.A. foram constituídas provisões para fazer frente aos acordos que estão em andamento, cujos valores foram apurados com base na melhor estimativa da Administração e dos consultores jurídicos envolvidos.

No entanto, em função das negociações e dos acordos que ainda estão em curso, não foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, obtermos evidências apropriadas e concluirmos quanto à suficiência das provisões contabilizadas, tampouco se seria necessária a constituição de provisões adicionais nas demonstrações contábeis consolidadas findas em 30 de setembro de 2020.

Registro de obrigação de garantia decorrente dos Bonds da Odebrecht Finance Ltd.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(b) às demonstrações contábeis consolidadas, a Odebrecht Finance Ltd ("OFL") não efetuou a quitação de parcela dos juros referentes ao Bond 2025. A Companhia, a OEI e a CNO, na qualidade de garantidoras dos Bonds OFL, visando preservar sua liquidez operacional, também não efetuaram o referido pagamento. Do mesmo modo, também não foram pagas as parcelas de principal referente ao Bond 2020 e os juros referentes aos Bonds 2020, 2022, 2023, 2025, 2029, 2042 e Perpétuo ("Bonds"), cujos vencimentos ocorreram entre dezembro de 2018 e setembro de 2020. O montante não liquidado até 30 de setembro de 2020 era de US\$ 434.261 mil - R\$ 2.449.537 (31 de dezembro de 2019 - US\$ 255.691 mil). Adicionalmente, decorrente da recuperação judicial da OFL, os Bonds 2023 e Perpétuo tiveram seus vencimentos antecipados referentes ao principal, conforme termos contratuais dos Bonds. O montante total não liquidado de principal e juros, considerando os Bonds com vencimentos antecipados, em 30 de setembro de 2020 é de US\$ 1.285.822 mil - R\$ 7.252.937 (31 de dezembro de 2019 - US\$ 1.179.978 mil).

Em 17 de junho de 2019, a OFL, ODB e outras empresas do Grupo ODB, não contemplando a Companhia e suas controladas, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara da Justiça de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo ("Tribunal de RJ") ("Recuperação Judicial"). A OFL declarou em seu pedido de recuperação judicial os montantes devidos aos Bonds, o que acarretou nos respectivos vencimentos antecipados.

No que pese a Companhia e suas controladas não integrarem o grupo de empresas que formalizaram na justiça de São Paulo o pedido a recuperação judicial, no entanto, como garantidora, a Companhia contratou o Moelis & Company ("Moelis"), o Cleary Gottlieb Steen & Hamilton e o E. Munhoz Advogados para discutir e negociar uma operação de reestruturação da garantia com um grupo de detedores dos Bonds OFL, que constituiu um Grupo Ad Hoc para realizar as negociações com a Companhia. Em 30 de agosto de 2019, a Companhia divulgou o acordo obtido com o Grupo Ad Hoc com relação aos principais termos e condições da reestruturação do passivo dos Bonds ("Term Sheet").

Em termos gerais, o Term Sheet definiu questões que envolvem o cancelamento das atuais obrigações da Companhia com relação aos Bonds, em troca de: (i) emissão de Novos Bônus, representando 45% do valor dos Bonds atuais; e (ii) um instrumento de dívida participativa, que fará jus às futuras distribuições de resultados relacionadas à performance da Companhia. Os Novos Bônus terão 4,5 anos a mais de prazo de carência de vencimento do principal, contados a partir do seu vencimento original, e manterão as mesmas taxas de juros atuais, sendo que nos 5 primeiros anos a Companhia terá a opção de capitalizar os juros, na sua totalidade ou em parte.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia, tendo em vista o vencimento antecipado dos Bonds OFL em função do pedido de Recuperação Judicial da OFL, registrou em seu passivo circulante, em contrapartida do resultado financeiro, o valor de US\$ 627.201 mil - R\$ 2.528.058, como provisão da garantia, cujo valor refletia o valor justo dos Bonds OFL, conforme termos descritos no Term Sheet.

A Companhia finalizou as negociações com o Grupo ad Hoc tendo lançado em 15 de junho de 2020 no mercado o Consent Solicitation, com base nos termos e condições do Term Sheet, tendo obtido, em 31 de julho de 2020, um quórum superior a 60% dos titulares dos Bonds OFL, cumprindo assim o requisito necessário para a Companhia, CNO e OEI ajuizarem pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial em 20 de agosto de 2020, necessário à implementação da reestruturação dos Bonds OFL, o qual foi homologado dia 26 de outubro de 2020. Diante desse cenário, foi atualizado o saldo da provisão da garantia, com base no valor justo dos Bonds OFL. Em 30 de setembro de 2020, o saldo da referida provisão é de US\$ 649.156 mil - R\$ 3.661.692.

Em 4 de setembro de 2020 os credores da OFL aprovaram um plano de reestruturação que foi homologado pelo Tribunal de RJ em 11 de novembro de 2020 ("Plano OFL"). Em termos gerais, o Plano OFL prevê que, desde que verificadas certas condições de eficácia, os credores quirografários da OFL receberão, em pagamento de seus créditos, novas notas quirografárias, a serem emitidas de acordo com o plano de recuperação extrajudicial da Companhia, em conformidade com o Term Sheet divulgado em 30 de agosto de 2019. Como consequência, os Bonds existentes serão trocados pelos novos Bonds a serem emitidos no âmbito do plano de recuperação extrajudicial da Companhia. A OFL também entrou com uma petição perante os Tribunais de Falências de Nova York em 24 de novembro de 2020, solicitando que os efeitos da Recuperação Judicial Brasileira movida pela OFL e seu Plano sejam reconhecidos no Território dos Estados Unidos, nos termos do Capítulo 15, título 11 do Código de Falências dos Estados Unidos ("Capítulo 15").

Quando houver a aprovação do Capítulo 15, perante a corte Americana, a referida provisão da garantia será reconhecida como dívida e classificada como passivo circulante e não circulante de acordo com o novo fluxo de pagamento acordado na negociação dos Bonds.

Desta forma, em função das pendências de formalização documentais, não foi possível, por meio de procedimentos alternativos de auditoria, identificar se seriam necessários ajustes ou complementos nos valores registrados nas demonstrações contábeis consolidadas de 30 de setembro de 2020.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas condensadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no parágrafo Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas condensadas, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas condensadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R3), aplicáveis à elaboração de Informações Intermediárias.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresentou passivo circulante consolidado superior ao ativo circulante consolidado, em R\$ 6.084.655, e patrimônio líquido consolidado negativo em R\$ 16.311.123. Para garantir a continuidade operacional da Companhia e suas controladas, foi aprovado pelo Conselho de Administração, em 17 de dezembro de 2019, o Plano de Ação ("PA"), para os próximos três anos, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 1 (i). As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto a liquidação e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando. Se as informações contábeis intermediárias consolidadas condensadas tivessem sido elaboradas considerando a descontinuidade das operações, elas poderiam apresentar valores diferentes dos apresentados. Nossa conclusão não está ressalvada em decorrência desse assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 originalmente apresentados e revisão dos valores correspondentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditados por nós, sobre os quais emitimos relatório de auditoria, datado de 05 de maio de 2020, contendo ressalva relacionada a investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas e sobre o registro de obrigação de garantia decorrente dos Bonds da Odebrecht Finance Ltd. Também continha parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e parágrafo de incerteza relevante sobre a continuidade operacional.



Os valores correspondentes referentes às informações intermediárias consolidadas condensadas de 30 de setembro de 2019 foram por nós revisados e sobre elas emitimos relatório, datado de 20 de dezembro de 2019, contendo ressalva relacionada a investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas, ressalva relacionada a incerteza de realização de valores a receber de partes relacionadas em recuperação judicial, ressalva relacionada ao registro de obrigação de garantia decorrente dos Bonds da Odebrecht Finance Ltd. e parágrafo de ênfase sobre a reapresentação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

São Paulo, 18 de dezembro de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes
CRC 2 SP 013846/O-1



Celso Luiz da Costa Lobo
Contador CRC 1 SP 251526/O-6

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial consolidado condensado Em milhares de reais

	Nota	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019		Nota	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo				Passivo e passivo a descoberto			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.083.390	482.425	Empréstimos e financiamentos	18	4.182.544	2.949.084
Instrumentos Financeiros	6		70.700	Arrendamento	22	38.206	21.223
Contas a receber de clientes	7	3.461.835	4.014.765	Fornecedores e subempreiteiros	19	5.018.737	4.087.264
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros		282.751	217.485	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	20	866.950	1.153.970
Tributos a recuperar	8	513.416	490.258	Adiantamentos recebidos de clientes	7	1.299.221	1.173.095
Estoques	9	617.867	457.493	Contas correntes com consorciadas		512.678	371.529
Contas correntes com consorciadas		442.554	379.226	Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras	21	536.627	396.486
Despesas antecipadas		39.215	35.052	Outros passivos	23	801.708	527.130
Outros ativos	10	730.988	945.062				
		<u>7.172.016</u>	<u>7.092.466</u>			<u>13.256.671</u>	<u>10.679.781</u>
Ativos não circulante mantidos para venda e operações em descontinuidade	13 (a)	79.461	452.480	Não circulante			
Não circulante				Empréstimos e financiamentos	18	113.282	80.234
Realizável a longo prazo				Arrendamento	22	126.803	130.773
Sociedades do Grupo Odebrecht	11	3.474.472	2.714.397	Fornecedores e subempreiteiros	19	9.509	8.519
Contas a receber de clientes	7	2.480.180	1.984.540	Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	20	42.894	49.490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (a)	1.166.762	825.517	Adiantamentos recebidos de clientes	7	8.737.858	6.498.549
Tributos a recuperar	8	57.286	50.630	Sociedades do Grupo Odebrecht	11	4.607.271	3.636.945
Outros ativos	10	954.073	568.754	Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 (a)	712.961	314.768
		<u>8.132.773</u>	<u>6.143.838</u>	Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras	21	4.990.415	3.952.303
				Provisão para passivo a descoberto	14 (b)	326.048	206.346
				Outros passivos	23	513.844	497.878
						<u>20.180.885</u>	<u>15.375.805</u>
Investimentos				Passivo a descoberto			
Sociedades coligadas	14 (b)	720.330	246.038	Capital social	24 (a)	9.771.631	9.771.631
Imobilizado	15	731.838	683.444	Ajuste de avaliação patrimonial	24 (b)	3.652.175	1.768.442
Intangível	16	84.152	166.550	Prejuízos acumulados		<u>(29.734.929)</u>	<u>(22.587.128)</u>
Direito de uso	17	113.668	126.526			<u>(16.311.123)</u>	<u>(11.047.055)</u>
Outros		3.075	3.075				
		<u>9.865.297</u>	<u>7.821.951</u>	Participação dos não controladores		<u>(89.120)</u>	<u>(94.114)</u>
						<u>(16.400.243)</u>	<u>(11.141.169)</u>
Total do ativo		<u>17.037.313</u>	<u>14.914.417</u>	Total do passivo e do passivo a descoberto		<u>17.037.313</u>	<u>14.914.417</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Demonstração intermediária consolidada condensada do resultado Períodos findos em 30 de setembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019
Operações continuadas			
Receita líquida de serviços e vendas	25	1.862.904	4.417.857
Custo dos serviços prestados	26	(1.571.886)	(3.080.020)
Lucro bruto		291.018	1.337.837
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas e com vendas	26	(653.533)	(920.995)
Outras receitas (despesas), líquidas		18.192	68.796
Lucro (prejuízo) operacional		(344.323)	485.638
Resultado das participações societárias			
Equivalência patrimonial	14 (b)	(22.448)	(567.411)
Resultado financeiro			
Resultado financeiro, líquido	27	(5.028.280)	(3.323.442)
Prejuízo antes da contribuição social e do imposto de renda		(5.395.051)	(3.405.215)
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	(85.244)	(511.818)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	(113.876)	6.500
Prejuízo das operações continuadas do período		(5.594.171)	(3.910.533)
Operações descontinuadas			
Prejuízo das operações descontinuadas do período	13 (b)	(1.610.471)	(1.301.314)
Prejuízo do período		(7.204.642)	(5.211.847)
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		(7.147.547)	(5.140.128)
Participação dos não controladores		(57.095)	(71.719)
		(7.204.642)	(5.211.847)
Prejuízo básico por ação das operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas no final do período (expresso em R\$ por ação)	24 (c)	(0,546)	(0,466)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Demonstração intermediária consolidada condensada dos resultados abrangentes
Períodos findos em 30 de setembro
Em milhares de reais

	Nota	2020	2019
Prejuízo do período		(7.204.642)	(5.211.847)
Outros resultados abrangentes:			
Itens que posteriormente transitarão pelo resultado:			
Ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	24 (b)	(6.809)	(129.318)
Efeito reflexo de correção monetária de investidas no exterior	24 (b)	70.591	(26.155)
Variação cambial de investidas no exterior	24 (b)	1.819.951	755.077
Total do resultado abrangente do período		<u>(5.320.909)</u>	<u>(4.612.243)</u>
Atribuível a:			
Acionistas da Companhia		(5.263.814)	(4.540.524)
Participação dos não controladores		<u>(57.095)</u>	<u>(71.719)</u>
		<u>(5.320.909)</u>	<u>(4.612.243)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Demonstração Intermediária consolidada condensada das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora				Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total		
Em 1º de janeiro de 2019		8.625.625	1.105.294	(6.966.796)	2.764.123	170.260	2.934.383
Total do resultado abrangente do período:							
Prejuízo do período - R\$ (0,466) por ação do capital social	24 (c)			(5.140.128)	(5.140.128)	(71.719)	(5.211.847)
Outros resultados abrangentes	24 (b)		599.604		599.604		599.604
Total do resultado abrangente do período			599.604	(5.140.128)	(4.540.524)	(71.719)	(4.612.243)
Transações de capital com os sócios:							
Aumento de capital	24 (a)	1.146.006			1.146.006		1.146.006
Outras movimentações de não controladores						13.916	13.916
Em 30 setembro de 2019		9.771.631	1.704.898	(12.106.924)	(630.395)	112.457	(517.938)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Demonstração Intermediária consolidada condensada das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Atribuível aos acionistas da controladora				Participação dos não controladores	Total do passivo a descoberto
		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total		
Em 1º de janeiro de 2020		9.771.631	1.768.442	(22.587.128)	(11.047.055)	(94.114)	(11.141.169)
Total do resultado abrangente do período:							
Prejuízo do período - R\$ (0,546) por ação do capital social	24 (c)			(7.147.547)	(7.147.547)	(57.095)	(7.204.642)
Outros resultados abrangentes	24 (b)		1.883.733		1.883.733		1.883.733
Total do resultado abrangente do período			1.883.733	(7.147.547)	(5.263.814)	(57.095)	(5.320.909)
Transações de capital com os sócios:							
Outras movimentações de não controladores						62.089	62.089
Outros ajustes de investidas				(254)	(254)		(254)
Em 30 de setembro de 2020		9.771.631	3.652.175	(29.734.929)	(16.311.123)	(89.120)	(16.400.243)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Demonstração intermediária consolidada condensada dos fluxos de caixa Períodos findos em 30 de setembro Em milhares de reais

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas e descontinuadas	(7.005.522)	(4.706.529)
Ajustes:		
Equivalência patrimonial	22.448	567.411
Variação na receita dos contratos de construção	700.473	(1.463.168)
Depreciação de imobilizado e amortização de intangível	74.974	116.829
Amortização de direito de uso	17.775	11.333
Perda com ativo imobilizado e gastos com projetos baixados	172.085	105.303
Valor justo de derivativos ao resultado		(174)
Ajuste a valor presente	101.116	
Provisão e reversão para crédito de liquidação duvidosa, líquido	355.976	39.134
Provisão de garantias	120.225	2.403.548
Provisão para contingências	38.802	27.411
Prejuízo das operações descontinuadas	261.802	1.300.390
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	4.878.008	974.272
Caixa aplicado nas operações	(261.838)	(624.240)
Variação nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	1.580.825	(109.073)
Estoques	(68.885)	(953)
Tributos a recuperar	55.247	(78.613)
Despesas pagas antecipadamente e outros ativos	215.918	611.409
Fornecedores e subempreiteiros	(131.738)	(107.555)
Adiantamentos recebidos de clientes	(386.051)	84.985
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	(599.503)	(562.127)
Outros passivos	542.279	(321.737)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais das operações continuadas	946.254	(1.107.904)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais das operações descontinuadas	(485)	(10.979)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	945.769	(1.118.883)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao investimento	(13.378)	(244)
Recebimentos das vendas de investimentos	878	
Adições ao imobilizado, intangível e direitos de uso	(105.854)	(146.016)
Dividendos recebidos	10.973	10.522
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(107.381)	(135.738)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Partes relacionadas		
Recursos liberados	(159.824)	(157.115)
Recursos recebidos	232.703	89.763
Aumento de capital		7.526
Dívida de curto e longo prazos, líquida		
Captações de empréstimos e financiamentos	3.476	159.014
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(62.881)	(87.904)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - juros	(1.200)	(1.319)
Captações de arrendamento mercantil	3.088	
Pagamentos de arrendamento mercantil	(5.203)	(11.489)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	10.159	(1.524)
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes de caixa	(247.582)	34.638
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa das operações continuadas	601.450	(1.210.528)
Redução de caixa e equivalentes de caixa das operações descontinuadas	(485)	(10.979)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	482.425	1.804.376
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.083.390	582.869

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Odebrecht Engenharia e Construção S.A. ("OEC" ou a "Companhia"), é uma entidade de capital fechado e parte integrante do Grupo Odebrecht ("Grupo ODB"), com sede em São Paulo. A Companhia é controladora direta da Odebrecht Holdco Finance Limited ("ODB Holdco") e indireta das empresas OEC S.A. ("OEC SA"), CNO S.A. ("CNO"), OECI S.A. ("OECI"), OENGER S.A. ("OENGER"), Tenenge Engenharia Ltda. ("Tenenge") e OEC Finance Limited.

A Companhia tem por objeto social, principalmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outras modalidades praticadas no mercado; instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais, planejamento, assessoria e estudos técnicos e prática de outras atividades econômicas conexas, inclusive as de importação e exportação de serviços e bens relacionados às atividades de engenharia e construção.

Por meio de sucursais e subsidiárias de suas controladas, a Companhia possui atuação indireta em diversos países, sendo os principais: Brasil, Angola, República Dominicana, Panamá e Peru.

No segmento de construção civil pesada, as principais controladas indiretas da Companhia são CNO, OECI, CBPO Engenharia Ltda. ("CBPO") e Tenenge, as quais desenvolvem projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termelétricas e nucleares, instalações portuárias, barragens, assim como outros projetos industriais e de infraestrutura.

As principais obras atualmente em execução por meio das controladas e coligadas no Brasil são: BRT Belém, Projeto Submarino, Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, Canal Adutor do Sertão Alagoano, Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Usina Termelétrica Santa Cruz, Unidades de Saúde BH e Rodovia dos Minérios, além de contratos de prestação de serviços em plantas industriais. No exterior, os principais projetos em atividade são: Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca (Angola), Rodovia MDX 836, BHS e Cargo Yard Port of Miami (Estados Unidos da América), Metro do Panamá, Renovacion Urbana de Colon e Madden Colon (Panamá).

(a) Denúncias de irregularidades e acordo global com autoridades

Como é de conhecimento público, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal ("MPF") e outras autoridades públicas, no contexto da chamada Operação Lava Jato. As referidas investigações envolvem empresas, ex-executivos e executivos da Companhia e suas controladas, incluindo a CNO.

Paralelamente, e em decorrência da Operação Lava Jato, a partir de 2015 foram ajuizadas ações de improbidade administrativa pelo MPF, Advocacia Geral da União ("AGU"), determinados Ministérios Públicos Estaduais e Petrobrás S.A. contra a Odebrecht S.A. — Em Recuperação Judicial ("ODB"), a Companhia, algumas de suas controladas e certos executivos e ex-executivos, requerendo o pagamento de indenização e multa, a proibição de contratação com o poder público, o recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, entre outras.

Em 22 de março de 2016, o Grupo Odebrecht divulgou nota sobre sua intenção de colaborar de forma definitiva com as investigações da Operação Lava Jato.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Acordo Global com as Autoridades

Em 1º de dezembro de 2016, a ODB, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao Grupo ODB, firmou o Acordo de Leniência com o MPF, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do referido acordo, com exceção da Braskem S.A. ("Braskem"), conforme refletido em suas demonstrações financeiras. Este acordo é parte de um Acordo Global coordenado pelas autoridades competentes das jurisdições brasileira, americana e suíça, no qual a ODB, ou outra empresa de seu grupo econômico, comprometeu-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos, com parcelas anuais customizadas, reajustadas pela taxa SELIC simples. Em 08 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento e passando a Companhia a ser garantidora subsidiária de tais obrigações.

O racional do referido Acordo de Leniência é o reconhecimento de ilícitos e a reparação dos danos causados, bem como a colaboração junto ao MPF e demais autoridades no tocante às investigações, buscando, ainda, a preservação e a continuidade das atividades do Grupo ODB, a retomada de contratação com entes públicos e o recebimento de recursos de bancos e entidades públicas no Brasil e no exterior.

A Braskem também firmou um Acordo Global, à parte, com as autoridades brasileiras e americanas.

Em razão do mencionado Acordo de Leniência, o MPF comprometeu-se a (i) não propor ações de natureza cível e medidas adicionais para ressarcimento de valores em decorrência das denúncias e fatos ligados à Operação Lava Jato e (ii) não aplicar sanções de improbidade administrativa, bem como empreender gestão junto aos demais órgãos públicos, empresas públicas e empresas públicas de economia mista para que retirem quaisquer restrições cadastrais da ODB, da Companhia e suas controladas.

Em 09 de julho de 2018, a ODB e suas controladas assinaram o Acordo de Leniência com a AGU e o Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União, pelo qual se comprometeram a pagar, em 22 anos, o valor total de R\$ 2.727 milhões, a ser deduzido dos R\$ 3.828 milhões do Acordo de Leniência firmado com o MPF.

A controlada indireta da Companhia, CNO, já assinou 8 (Oito) Acordos de Leniência com a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"). Além disso, em 22 de novembro de 2018, foram homologados, pelo Tribunal do CADE, 6 (seis) Termos de Cessação de Conduta, que totalizaram R\$ 507 milhões em termos de contribuições pecuniárias da pessoa jurídica e das pessoas físicas. A CNO segue em negociação com o CADE para a celebração de outros Termos de Cessação de Conduta.

A CNO também mantém tratativas com Estados e Municípios para firmar acordos e/ou adesões ao Acordo de Leniência, pelos quais a Companhia, em contrapartida à não adoção de sanções contra si, se obrigará a colaborar com as autoridades e a reparar os entes lesados.

Em 29 de janeiro de 2019, foi anunciado um acordo entre a CNO e o Banco Mundial, onde foi acordada a inelegibilidade da CNO e de suas subsidiárias integrais de contratar por 03 (três) anos projetos financiados pelo Banco Mundial. Não houve aplicação de multa no referido acordo.

Em 04 de setembro de 2019, foi anunciado um acordo entre a Companhia, a CNO e o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID"), onde foi acordada a inelegibilidade da CNO e algumas de suas subsidiárias integrais, excetuadas as sucursais e subsidiárias na África, de contratar projetos financiados pelo BID até 01 de agosto de 2024. Também foi acordado o pagamento de uma contribuição pecuniária no valor de US\$ 50 milhões, iniciando-se a partir de 2024, conforme os termos e condições de pagamento do acordo. A Companhia e a CNO seguem em tratativas com outra instituição internacional para celebração de novo acordo.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em suas operações no exterior, a Companhia e suas controladas seguem envidando seus maiores esforços para alcançar entendimentos junto às autoridades locais para o fechamento de acordos de colaboração / leniência, buscando inclusive apoio das autoridades brasileiras na interlocução com as autoridades locais. Até o presente momento, no âmbito do Grupo ODB, já foram firmados acordos com a República Dominicana, Equador, Panamá, Guatemala e Peru, além das autoridades americanas, suíças e brasileiras.

Monitoramento Independente

Os compromissos assumidos perante as autoridades signatárias dos Acordos de Leniência e Termos de Compromisso buscam aprimorar o ambiente de controles da Companhia de maneira eficiente e sustentável. Dentre o escopo do monitoramento, pode-se ressaltar a avaliação do Programa de Integridade, visando a manutenção de um ambiente de controles adequado, com ênfase especial no cumprimento das leis anticorrupção aplicáveis, questões de conduta e a implementação de controles internos eficazes nos processos de contratação e pagamentos a terceiros, reembolsos, registros contábeis com suporte documental de qualidade.

A Companhia e suas controladas estão atualmente no processo de supervisão pelo período de 03 (três) anos, desde 2017, por dois escritórios de monitores independentes definidos pelas autoridades americanas e brasileiras, que reportam diretamente às autoridades supramencionadas, e que trabalham de maneira coordenada com o principal objetivo de confirmar que a Companhia e suas controladas cumpriram e continuarão cumprindo com todos os compromissos firmados no Acordo Global. Após a finalização de cada ano de monitoramento, é emitido um relatório no qual os monitores informam as análises sobre os avanços alcançados pela Companhia e apontam oportunidades de ajustes para o fortalecimento do ambiente de controles internos.

Até o 1º semestre de 2019, as reuniões com os monitores independentes seguiram com foco na confirmação da sustentabilidade das medidas implementadas pela Companhia nos dois primeiros anos de monitoramento. Em junho de 2019, quando da entrada em recuperação judicial da ODB (controladora da Companhia e signatária do Acordo de Leniência), as atividades dos monitores independentes foram suspensas temporariamente.

Independente da suspensão temporária do processo de monitoramento, a OEC prosseguiu na implementação das medidas necessárias para atender plenamente todas as recomendações realizadas pelos monitores visando o aperfeiçoamento contínuo de seu Programa de Integridade.

O monitoramento independente foi retomado em fevereiro de 2020, tendo sido proposto pela equipe de monitoramento um novo cronograma de trabalho, com uma extensão de prazo equivalente ao período interrompido. O Relatório do Ano 3 foi entregue pelos monitores às autoridades americanas e brasileiras em junho de 2020, dentro do prazo definido. Em outubro de 2020, os monitores entregaram às autoridades o relatório final de certificação. Em 16 de novembro de 2020, o monitoramento independente em relação aos Departamento de Justiça dos Estados Unidos foi encerrado.

Ações da Administração

A Companhia e suas controladas possuem compromisso de continuamente atuar com ética, integridade e transparência, consistente com as melhores práticas mundiais de governança, com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas da Companhia, zelando pela conduta baseada em princípios e valores éticos.

Várias iniciativas relacionadas a melhorias de controles de processos financeiros, tais como diretrizes e novos processos operacionais, foram implementadas com o objetivo de proporcionar segurança empresarial ainda maior à Companhia. Novos indicadores e metas de conformidade e controles financeiros foram definidos e estão sendo aplicados na avaliação de desempenho dos executivos da Companhia.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programa de Integridade

A Companhia iniciou, em 2014, o processo de implantação do Programa de Integridade de forma padronizada em todos os países onde possui operações, com o objetivo de endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial. Entre os elementos do Programa implementados ao longo de 2014 pela Companhia e suas controladas, estão: (i) implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e operação dos Canais Linha de Ética, disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) criação do Comitê de Ética para acompanhar os processos investigativos internos, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatória adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Após a implantação do Programa de Integridade, a Companhia manteve contínuos esforços de melhoria, que resultaram na implementação de medidas para o aperfeiçoamento da sua Governança e Conformidade, tais como: (i) participação (mínima) de 20% de conselheiros independentes na composição do Conselho de Administração; (ii) criação do Comitê de Integridade e Auditoria (CIA), como comitê permanente do Conselho de Administração; e (iii) contratação do Responsável por Integridade e Gestão de Riscos (Chief Compliance Officer-CCO), reportando diretamente ao Conselho de Administração da Companhia, via o CIA. Em maio de 2020, o Conselho de Administração aprovou a atualização da Política de Integridade e do Código de Conduta que estão disponíveis site da Companhia na Internet.

Atualmente, a Companhia conta com 02 membros independentes em seu Conselho de Administração, o que representa 29% do total dos membros do seu Conselho de Administração. Os dois conselheiros independentes são membros do CIA, sendo um deles o Coordenador do Comitê.

A contratação de um CCO impulsionou e acelerou a implantação de melhorias relevantes no Programa de Integridade, destacando-se: (i) processos e diretrizes de due diligence de terceiros; de Brindes, Presentes e Hospitalidades, de Interação com Agentes Públicos, de Patrocínios, Doações e Investimento Sociais, de proibição a Pagamentos de Facilitação, Extorsão e Solicitação e de Integridade Concorrencial; (ii) elaboração de planos anuais de treinamento; (iii) melhoria no processo de comunicação do Programa, com a criação de intranet dedicada e emissão de novas diretrizes de integridade; e (iv) reformulação da operação do Canal Linha de Ética, utilizando empresa independente especializada no recebimento das denúncias, como também apoio de escritórios de advocacia externos na investigação de casos considerados de alto risco.

O Programa de Integridade é sustentado por atividades que apoiam a gestão de riscos, detecção de falhas, correção e transparência. Foram estabelecidas plataformas digitais que, aplicadas globalmente, favorecem a gestão e verificação de efetividade dos processos e controles. Como exemplo, o procedimento de due diligence de fornecedores, clientes, parceiros e funcionários é obrigatório em toda relação comercial ou laboral pretendida pela Companhia. Até outubro de 2020, foram realizadas 8.382 análises com base nas informações do portal VCoM (Vendor Compliance Management System). Com relação à comunicação e capacitação, as atividades seguem planos anuais, aprovados pelo Conselho de Administração da OEC. A participação dos integrantes nos treinamentos requeridos é monitorada pela plataforma de e-learning da Companhia, atingindo, em outubro, um índice de cumprimento de 89% dos integrantes definidos como grupo meta no Plano Anual de Treinamento da Companhia para 2020. Já o Canal Linha de Ética, principal ferramenta para o registro de denúncias de condutas que violem o Compromisso de Atuação Ética, Integra e Transparente, recebeu, até outubro de 2020, 171 relatos, que foram investigados de maneira independente pela área de Conformidade, gerando 20 ações de remediação, entre as quais 8 ações de melhorias de processos e 5 demissões.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com relação à performance e maturidade do Programa de Integridade, a área de Core Compliance, estruturada no 2º semestre de 2018, monitora de modo permanente o cumprimento e a efetividade dos processos chave do Programa, a partir de testes padronizados e regulares de data mining. A respectiva área oferece uma visão consolidada do cumprimento das políticas e diretrizes de integridade da Companhia, gerando métricas que aferem de modo objetivo os desempenhos alcançados. Como exemplos, até outubro de 2020, foram abertas 706 ações para teste e verificação de processos, 493 contratos com terceiros revisados em relação a requisitos de integridade e 347 processos de contratação ou promoção de integrantes revisados para verificação de atendimento aos requisitos de avaliação de conflitos de interesse. A área de Core Compliance é também responsável pelo monitoramento global do cumprimento dos acordos firmados pela Companhia, cujo avanço é reportado para acompanhamento do Comitê de Integridade e Auditoria e do Conselho de Administração.

Desde junho de 2019, as ações para aperfeiçoamento dos processos e sistemas da Companhia ganharam impulso com a atuação da área de Controles Internos, buscando promover, de modo transversal, maior integração, consistência, eficiência e sustentabilidade ao ambiente de controles. Várias diretrizes foram atualizadas como resultado da avaliação e monitoramento dos controles implementados, em um processo de melhoria contínua.

Como processo de amadurecimento da Governança da Companhia, foi aprovado, pelo seu Conselho de Administração, a partir de junho de 2019, o reporte direto da função de Auditoria Interna ao Conselho de Administração, funcionando como “terceira linha de defesa”. Dentre as matérias deliberadas pelo Conselho de Administração, constam a aprovação: (i) do Programa de Ação Anual da Área de Integridade e Gestão de Riscos, (ii) do Plano Anual de Auditoria Interna, (iii) do Plano Anual de Treinamento, (iv) da individualização da remuneração anual dos Administradores e (v) da avaliação do desempenho, perfil e competências do próprio Conselho de Administração.

Os Planos Anuais de Integridade e Gestão de Riscos e de Auditoria Interna, aprovados para 2020, foram baseados em análise de riscos em relação às geografias em que a Companhia atua, dos projetos em andamento e dos processos internos, levando em consideração, entre outros aspectos, as auditorias e os resultados de monitoramentos em 2019 e novas pesquisas de percepção de risco respondidas pelos líderes da Companhia. Nova avaliação de riscos, realizada em outubro de 2020, para orientar o ciclo de planejamento de 2021 indicou estabilidade ou redução nos principais riscos residuais mapeados, justificando o foco na sustentabilidade de ambos os programas.

(b) Bonds OFL

Em outubro de 2018, a Odebrecht Finance Ltd (“OFL”) não efetuou a quitação de parcela dos juros referentes ao Bond 2025. A Companhia, a OECI e a CNO, na qualidade de garantidoras dos Bonds OFL, visando preservar sua liquidez operacional, também não efetuaram o referido pagamento. Do mesmo modo, também não foram pagas as parcelas de principal referente ao Bond 2020 e os juros referentes aos Bonds 2020, 2022, 2023, 2025, 2029, 2042 e Perpétuo (“Bonds”), cujos vencimentos ocorreram entre dezembro de 2018 e setembro de 2020. O montante não liquidado até 30 de setembro de 2020 era de US\$ 434.261 mil - R\$ 2.449.537 (31 de dezembro de 2019 – US\$ 255.691 mil). Adicionalmente, decorrente da recuperação judicial da OFL, os Bonds 2023 e Perpétuo tiveram seus vencimentos antecipados referentes ao principal, conforme termos contratuais dos Bonds. O montante total não liquidado de principal e juros, considerando os Bonds com vencimentos antecipados, em 30 de setembro de 2020 é de US\$ 1.285.822 mil – R\$ 7.252.937 (31 de dezembro de 2019 – US\$ 1.179.978 mil).

Em 17 de junho de 2019, a OFL, ODB e outras empresas do Grupo ODB, não contemplando a Companhia e suas controladas, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara da Justiça de Falências e Recuperações Judiciais de São Paulo (“Tribunal de RJ”) (“Recuperação Judicial”). A OFL declarou em seu pedido de recuperação judicial os montantes devidos aos Bonds, o que acarretou os respectivos vencimentos antecipados.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No que pese a Companhia e suas controladas não integrarem o grupo de empresas que formalizaram na Justiça de São Paulo o pedido a recuperação judicial, no entanto, como garantidora, a Companhia contratou o Moelis & Company ("Moelis"), o Cleary Gottlieb Steen & Hamilton e o E. Munhoz Advogados para discutir e negociar uma operação de reestruturação da garantia com um grupo de detentores dos Bonds OFL, que constituiu um Grupo Ad Hoc para realizar as negociações com a Companhia. Em 30 de agosto de 2019, a Companhia divulgou o acordo obtido com o Grupo Ad Hoc com relação aos principais termos e condições da reestruturação do passivo dos Bonds ("Term Sheet").

Em termos gerais, o Term Sheet definiu questões que envolvem o cancelamento das atuais obrigações da Companhia com relação aos Bonds, em troca de: (i) emissão de Novos Bônus, representando 45% do valor dos Bonds atuais; e (ii) um instrumento de dívida participativa, que fará jus às futuras distribuições de resultados relacionadas à performance da Companhia. Os Novos Bônus terão 4,5 anos a mais de prazo de carência de vencimento do principal, contados a partir do seu vencimento original, e manterão as mesmas taxas de juros atuais, sendo que nos 5 primeiros anos a Companhia terá a opção de capitalizar os juros, na sua totalidade ou em parte.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia, tendo em vista o vencimento antecipado dos Bonds OFL em função do pedido de Recuperação Judicial da OFL, registrou em seu passivo circulante, em contrapartida do resultado financeiro, o valor de US\$ 627.201 mil – R\$ 2.528.058, como provisão da garantia, cujo valor refletia o valor justo dos Bonds OFL, conforme termos descritos no Term Sheet.

A Companhia finalizou as negociações com o Grupo ad Hoc tendo lançado em 15 de junho de 2020 no mercado o Consent Solicitation, com base nos termos e condições do Term Sheet, tendo obtido, em 31 de julho de 2020, um quórum superior a 60% dos titulares dos Bonds OFL, cumprindo assim o requisito necessário para a Companhia, CNO e OECI ajuizarem pedido de homologação de plano de recuperação extrajudicial em 20 de agosto de 2020, necessário à implementação da reestruturação dos Bonds OFL, o qual foi homologado dia 26 de outubro de 2020. Diante desse cenário, foi atualizado o saldo da provisão da garantia, com base no valor justo dos Bonds OFL. Em 30 de setembro de 2020, o saldo da referida provisão é de US\$ 649.156 mil - R\$ 3.661.692.

Em 4 de setembro de 2020 os credores da OFL aprovaram um plano de reestruturação que foi homologado pelo Tribunal de RJ em 11 de novembro de 2020 ("Plano OFL"). Em termos gerais, o Plano OFL prevê que, desde que verificadas certas condições de eficácia, os credores quirografários da OFL receberão, em pagamento de seus créditos, novas notas quirografárias, a serem emitidas de acordo com o plano de recuperação extrajudicial da Companhia, em conformidade com o Term Sheet divulgado em 30 de agosto de 2019. Como consequência, os Bonds existentes serão trocados pelos novos Bonds a serem emitidos no âmbito do plano de recuperação extrajudicial da Companhia. A OFL também entrou com uma petição perante os Tribunais de Falências de Nova York em 24 de novembro de 2020, solicitando que os efeitos da Recuperação Judicial Brasileira movida pela OFL e seu Plano sejam reconhecidos no Território dos Estados Unidos, nos termos do Capítulo 15, título 11 do Código de Falências dos Estados Unidos ("Capítulo 15").

Quando houver a aprovação do Capítulo 15, perante a corte Americana, a referida provisão da garantia será reconhecida como dívida e classificada como passivo circulante e não circulante de acordo com o novo fluxo de pagamento acordado na negociação dos Bonds.

(c) Partes Relacionadas - Grupo ODB - Empresas em Recuperação Judicial

Conforme mencionado anteriormente, em 17 de junho de 2019, a ODB e outras 19 empresas de seu grupo econômico, que não contempla a Companhia e suas controladas, formalizaram na Justiça de São Paulo seu pedido de recuperação judicial.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 22 de abril de 2020, a ODB e 11 empresas de seu grupo econômico tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados pela Assembleia Geral de Credores. Em 27 de julho de 2020, a aprovação dos planos foi homologada pelo juiz responsável pelo processo de recuperação judicial.

Em 11 de novembro de 2020, a OFL também teve seu plano de recuperação judicial aprovado.

As 7 empresas remanescentes, que ainda não obtiveram seus planos de recuperação judicial aprovados, estão buscando as devidas aprovações junto às respectivas Assembleias Gerais de Credores.

Entretanto, em função da probabilidade cada vez mais remota do recebimento dos créditos das empresas relacionadas do Grupo ODB, a administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, avaliou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor recuperável (impairment) sobre tais créditos, no valor de R\$ 8.167.720. Para o período findo em 30 de setembro de 2020, não houve alteração em relação ao critério de impairment mencionado anteriormente.

(d) Operações Descontinuadas – Venezuela

Em 11 de setembro de 2019, em função da criticidade econômica e da instabilidade do ambiente político na Venezuela, diversas empresas do setor de engenharia e construção, dentre elas a Companhia, foram notificadas a respeito da rescisão unilateral da maioria dos contratos que mantinham com entidades do Estado venezuelano. O procedimento adotado pelo Estado venezuelano desconsiderou diversas questões jurídicas relevantes, que permitem a Companhia a buscar a defesa dos seus interesses perante as instituições responsáveis.

Dessa forma, em 30 de setembro de 2019, a Companhia registrou impairment de 100% sobre os ativos detidos na Venezuela, conforme detalhado abaixo:

	R\$ mil
Ativo circulante	
Contas a receber de clientes	(1.452.094)
Adiantamentos a fornecedores, subempreiteiros e outros	(31.167)
Estoques	(45.702)
Demais contas a receber de curto prazo	(41.909)
Ativo não circulante	
Demais contas a receber de longo prazo	(6)
Imobilizado	(10.794)
Total de Ativos	(1.581.672)

O Contas a receber de clientes encontra-se líquido dos adiantamentos recebidos por contrato.

As referidas perdas foram reconhecidas no resultado da Companhia, em 2019, no montante de R\$ 1.581.672 como operações descontinuadas.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia reavaliou os efeitos registrados em 31 de dezembro de 2019 e não foram identificadas alterações, no que pese ainda estar em avaliação possíveis medidas jurídicas a serem adotadas pela Companhia contra o Estado venezuelano (em fase inicial de elaboração).

(e) Constructora Norberto Odebrecht de Colombia SAS – Em liquidação judicial (“CNOC”)

Em 14 de novembro de 2019, a Superintendência de Sociedades da Colômbia proferiu o auto nº 460-009805, decretando a abertura do processo de liquidação judicial da subsidiária indireta da Companhia, CNOC, nomeando o liquidador judicial e deixando sem efeitos o pedido de liquidação voluntária realizado anteriormente, em 11 de outubro de 2019, junto à Câmara de Comércio.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 17 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou ao liquidador judicial o balanço patrimonial em base de liquidação, cujo valor do patrimônio líquido era negativo em R\$175.393.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, a CNOC deixou de ser consolidada no balanço da Companhia, em função da perda do controle desse investimento, sendo seu patrimônio líquido negativo supramencionado reconhecido como "outros passivos" no passivo não circulante da Companhia.

Até 30 de setembro de 2020 o referido balanço patrimonial em base de liquidação não foi aprovado pela Superintendência de Sociedades da Colômbia.

O referido saldo mencionado acima está sujeito as oscilações do câmbio entre a moeda funcional e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras. Em 30 de setembro de 2020 o montante do saldo, considerando os efeitos de variação cambial é de R\$ 214.597 – (31 de dezembro – R\$ 175.393).

(f) Recebíveis BIOCOM – Ajuste a Valor Presente

A Biocom – Companhia de Bioenergia de Angola Ltd. ("Biocom"), constituída em 25 de outubro de 2007, tem como objeto social a produção, industrialização, importação, exportação e comercialização de cana de açúcar para produção de açúcar, álcool e energia elétrica em Angola. Os atuais acionistas da Biocom são: OAL (40%), COCHAN S.A. (40%) e SONANGOL HOLDINGS, LIMITADA (20%) ("Acionistas").

O saldo dos créditos detidos por empresas controladas indiretamente pela Companhia (OOL, OSE, CNO e OAL) junto à Biocom, representava em 30 de setembro de 2020, o montante de US\$ 405,6 milhões – R\$ 2,221 bilhão ("Créditos Biocom").

Em 06 de dezembro de 2019, as Acionistas da Biocom, juntamente com os bancos locais (Banco Angolano de Investimentos – BAI, Banco de Fomento Angola – BFA e Banco Econômico – BE), enviamos esforços para formular os termos da renegociação dos empréstimos contraídos pela Biocom, conforme refletidos na Ficha Técnica Indicativa ("FTI"), confirmada e assinada. Em termos gerais, a FTI indica que haverá, entre outros: i) a conversão da moeda dos empréstimos de dólares para Kwanza; ii) a postergação do prazo de pagamento do principal para 42 trimestres (126 meses – 10,5 anos); iii) a renegociação das taxas de juros e cronograma de pagamento; e iv) novas obrigações acessórias. Ademais, a FTI determina a subordinação de todas as dívidas existentes da Biocom com seus Acionistas e empresas controladas, direta ou indiretamente, pelos Acionistas ao reembolso das dívidas renegociadas com os bancos locais. Até a emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias, não foi concluído o respectivo aditivo que confirma as alterações referentes a tais empréstimos.

Desta forma, conforme os termos da FTI, o novo prazo de pagamento da dívida bancária renegociada será de 126 meses (10,5 anos), sendo que, somente após o término da liquidação das dívidas bancárias reestruturadas, os Acionistas e suas empresas controladas poderão receber eventuais créditos.

Isso posto, e levando-se em consideração o novo prazo mínimo para recebimento (de 10,5 anos) e a avaliação da Companhia, os Créditos Biocom foram ajustados a valor presente ("AVP"), representando, em 30 de setembro de 2020, o montante de US\$ 25,256 milhões – R\$ 142,463 milhões.

As movimentações de AVP sobre os créditos Biocom estão apresentadas na nota de partes relacionadas, conforme nota 11.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Efeitos econômico-financeiros da COVID-19 nas Demonstrações Financeiras

Desde o início de 2020, o cenário global vem sofrendo com o surto de um novo vírus denominado COVID-19, ao qual está se alastrando por diversos países, causando efeitos sociais e econômicos significativos. As ações dos governos incluem diversas restrições sociais, dentre elas o fechamento de escolas, comércios, bem como, incentivo do home-office, entre outras ações, objetivando reduzir aglomerações públicas e evitando o colapso dos atendimentos nos hospitais.

A Companhia adotou diversas medidas necessárias para garantir a segurança dos seus integrantes, tais como: i) estabelecimento do Comitê de Crise, com o objetivo de acompanhar as ações de proteção aos integrantes diretos e indiretos da Companhia; ii) adoção, a partir de 14 de março de 2020, da prática de home office para toda a equipe de apoio administrativo; iii) mapeamento e execução de diversas ações de saúde, trabalhistas, mercado, administração contratual, sociais e financeiras; iv) definição e implantação de procedimentos para monitoramento dos casos detectados entre integrantes e terceiros/subempreiteiros; entre outras.

Até 30 de setembro de 2020, as operações da Companhia, em alguns países, tiveram pequenas interrupções em alguns projetos/obras, os quais a Companhia vem acompanhando. Até o momento, não foram identificados impactos financeiros e operacionais significativos relacionados direta ou indiretamente à COVID-19. A Administração segue avaliando possíveis impactos da COVID-19 em seus demonstrativos financeiros, tais como:

- quaisquer mudanças nos julgamentos contábeis que tiveram ou são razoavelmente prováveis de ter um impacto relevante nestas demonstrações financeiras;
- como a COVID-19 poderia afetar a realização dos ativos no balanço patrimonial e a capacidade de registrar o impairment sobre esses ativos;
- antecipação de quaisquer perdas relevantes, aumentos nas provisões para perdas com créditos ou outras despesas incorridas nas operações;
- se a Companhia ou suas controladas incorrerá em contingências relevantes relacionadas a COVID-19; e
- como a COVID-19 poderia afetar o valor justo dos ativos e passivos financeiros e a sua adequada mensuração.

Adicionalmente, a Administração da Companhia vem analisando cuidadosamente, de forma geral, o impacto da COVID-19, bem como, a extensão e duração das medidas adotadas pelos governos nos países em que a Companhia e suas controladas operam, incluindo a capacidade de continuar operando seus negócios normalmente. A Companhia tem feito esforços e ações em conjunto para preservar seu fluxo de caixa no curto e médio prazo, sendo as principais ações destacadas abaixo:

- medidas trabalhistas e fiscais de acordo com as previsões legais, instituídas pelo governo em decorrência da pandemia;
- renegociação com os principais credores, objetivando a manutenção da produção das obras operativas, sem afetar o caixa do curto prazo;
- análise detalhada das cláusulas contratuais com clientes e fornecedores, para identificar os riscos e direitos envolvidos, diante do atual cenário;
- análise contratual para reequilíbrio orçamentário das obras paralisadas ou que estão em escala reduzidas de produção em relação ao orçamento previsto da obra

Todas as ações acima objetivam a manutenção dos empregos e a preservação do caixa da Companhia para honrar com seus compromissos assumidos, além de garantir sua sobrevivência.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Reestruturação Societária

Conforme descrito na nota 1 (b), a Companhia finalizou as negociações com o Grupo ad Hoc tendo lançado em 15 de junho de 2020 no mercado o Consent Solicitation, com base nos termos e condições do Term Sheet.

Uma das solicitações formalizadas no Consent Solicitation é a reestruturação societária das controladas da Companhia, a qual suportará os registros de: (i) emissão de Novos Bônus, representando 45% do valor dos Bonds atuais; e (ii) um instrumento de dívida participativa, que fará jus às futuras distribuições de resultados relacionadas à performance da Companhia.

Em 31 de julho de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital na OECSA pela Companhia, mediante transferência integral das participações societárias das controladas diretas detidas pela Companhia (CNO, OECS, Tenenge, OENGER, OEC Finance Limited), exceto a ODB Holdco.

Adicionalmente, na mesma data e após o evento anterior, foi aprovado o aumento de capital da ODB Holdco pela Companhia, mediante transferência integral da participação societária da OECSA detida pela Companhia.

(i) Continuidade (Going Concern)

A Companhia e suas controladas têm como segmento operacional a construção civil pesada em projetos de construção de rodovias, ferrovias, usinas hidrelétricas, termoeletricas e nucleares, instalações portuárias, barragens entre outros projetos industriais e infraestrutura para clientes públicos e privados, tendo como principal fonte de recursos a geração de caixa destes projetos.

Lava Jato: Conforme descrito na Nota 1 (a) Denúncias de irregularidades e acordo global com autoridades, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo MPF e outras autoridades públicas no contexto da chamada Operação Lava Jato.

Diante das investigações em andamento e mesmo com os acordos realizados, a Companhia e suas controladas tiveram severos efeitos reputacionais que impactaram significativamente suas finanças (já deterioradas por outros efeitos como a queda do preço do petróleo e a recessão econômica de alguns países/clientes de atuação da Companhia e de suas controladas). Tal cenário restringiu o acesso a crédito da Companhia e suas controladas junto a bancos comerciais, seguradoras e mercado de capitais, afetando diretamente a capacidade de renovação da carteira de novos contratos e, consequentemente, de sua geração de caixa.

Bonds OFL: Conforme descrito na Nota 1 (b) Bonds OFL, em junho de 2019, a OFL, a ODB e outras empresas de seu grupo econômico, que não incluem a Companhia e suas controladas, formalizaram na Justiça de São Paulo pedido de Recuperação Judicial. A OFL declarou no referido pedido os montantes devidos referente aos Bonds OFL, o que acarretou os respectivos vencimentos antecipados.

Como garantidora, a Companhia, tendo em vista o vencimento antecipado dos Bonds OFL, possui registrado, em 30 de setembro de 2020, em seu passivo circulante o valor de US\$ 649.156 mil – R\$ 3.661.692 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 2.528.058), que reflete o valor justo de mercado dos Bonds, com base nos termos e condições do Term Sheet acordado com o Grupo Ad Hoc dos detentores dos Bonds OFL.

Em 31 de julho de 2020, a Companhia obteve um quórum superior aos 60% dos titulares dos Bonds OFL, possibilitando assim a homologação no Brasil da Recuperação Extrajudicial necessária à implementação da reestruturação dos Bonds em 20 de agosto de 2020.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Partes Relacionadas – Grupo ODB – empresas em Recuperação Judicial: Conforme descrito na Nota 1 (c), em 22 de abril de 2020, a ODB e 11 empresas de seu grupo econômico tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados pela Assembleia Geral de Credores e homologados pelo juiz responsável pelo processo de recuperação judicial em 27 de julho de 2020. Em 11 de novembro de 2020, a OFL também teve seu plano de recuperação judicial homologado. As 7 empresas remanescentes, que ainda não obtiveram seus planos de recuperação judicial aprovados, estão buscando as devidas aprovações junto às respectivas Assembleias Gerais de Credores. Entretanto, em função da probabilidade cada vez mais remota do recebimento dos créditos das empresas relacionadas do Grupo ODB, a administração da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, avaliou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor recuperável (impairment) sobre tais créditos, no valor de R\$ 8.167.720.

Venezuela: Conforme descrito na Nota 1 (d), em 11 de setembro de 2019, as controladas da Companhia na Venezuela foram notificadas a respeito da rescisão unilateral da quase totalidade dos contratos que mantinham com entidades do Estado Venezuelano. Sendo assim, a Companhia avaliou os impactos contábeis e reconheceu as devidas perdas esperadas no resultado do exercício de 2019, como operações descontinuadas no montante de R\$ 1.581.672.

Ações da Administração: Diante desses eventos, de modo a mitigar os impactos no caixa da Companhia e suas controladas, a administração implementou diversas ações, a saber: i) reestruturação geográfica, com foco de atuação nos países com potencial de contratação de obras para a Companhia e suas controladas, ii) fortalecimento da Governança, com a formação do Conselho de Administração, Comitês de Apoio ao Conselho de Administração (com a participação de conselheiros independentes), iii) criação da área de Auditoria Interna e Controles Internos, iv) Programa de Integridade, objetivando endereçar práticas e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética, íntegra e transparente na tarefa empresarial, v) reestruturação administrativa, adequando o tamanho das equipes de apoio ao novo porte da Companhia, vi) venda de ativos e créditos passados para garantir a liquidez da Companhia, vii) reestruturação das dívidas de curto prazo e fornecedores; viii) renegociação dos termos e condições dos Bonds OFL e ix) manutenção da produção para os contratos em carteira.

Dessa forma, e diante dos compromissos assumidos pela Companhia e suas controladas perante os acordos de colaboração e indenizações, que demandaram investimentos para implementação do Sistema de Conformidade e fortalecimento da Governança corporativa, aliados aos reduzidos volumes de renovação da carteira de contratos, que provocaram uma degradação na geração e nos saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, somados às provisões para (i) a garantia dos Bonds OFL, (ii) os créditos à receber intercompanhias do Grupo ODB em Recuperação Judicial, (iii) a operação descontinuada na Venezuela e (iv) ajuste a valor presente dos créditos detidos por empresas controladas pela OEC junto à Biocom, entre outros, resultaram em um Passivo Circulante consolidado superior ao Ativo Circulante consolidado no valor de R\$ 6.084.654 e um Patrimônio Líquido consolidado negativo no valor de R\$ 16.400.243.

Programa de Ação 2020 – 2022: Para buscar a sobrevivência e a retomada do crescimento da Companhia e suas controladas, foi aprovado pelo Conselho de Administração da OEC, em 17 de dezembro de 2019, o Programa de Ação (“PA”), para os próximos 03 (três) anos, contemplando as seguintes ações e direcionamentos estratégicos, entre outros:

- Higiene financeira: i) conclusão da negociação de reestruturação da Garantia dos Bonds OFL pela Companhia, conforme termos acordados no Term Sheet mencionado na Nota 1 (b), visando adequar a estrutura de capital da Companhia e ajustando os fluxos de pagamentos à sua capacidade de geração de caixa e ii) renegociação das contas a pagar e dívidas de capital de giro.
- Resolução e mitigação dos contenciosos e passivos: i) negociação de acordos via o parcelamentos de pagamentos e ii) negociação de acordos nos países de atuação da OEC para pagamentos conforme a capacidade financeira local de cada país.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Reestruturação organizacional e redução de custos: i) reestruturação das equipes administrativas, com estruturas compartilhadas, garantindo sinergias, agilidade e menores custos e ii) implementação de novas políticas de remuneração, visando redução de gastos administrativos.
- Reposição de backlog: i) foco geográfico, seletivo e estratégico em 5 países (Brasil, Peru, Panamá, República Dominicana e Angola), ii) conquistas de novos projetos no montante de US\$ 6,6 bilhões, com maior intensificação junto a clientes privados, iii) busca de parcerias estratégicas com provedores de tecnologia e capital, participando conjuntamente no desenvolvimento de projetos, iv) busca de fontes alternativas de recursos financeiros e v) implementação de soluções contratuais que viabilizem a otimização no uso da capacidade de garantia de performance disponibilizada pelo mercado.

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia está avaliando o PA para o próximo triênio, ao qual, as expectativas iniciais comprovam as premissas já consideradas no PA anterior, conforme descrito acima.

A Companhia considera que a retomada de crescimento é essencial para que possa continuar suas operações. No entanto, caso a combinação dos eventos supra descritos não ocorra, a administração entende que haveria significativas dificuldades na retomada de seu crescimento. As atuais demonstrações financeiras não contemplam eventuais ajustes que resultariam no caso da Companhia e suas controladas estarem impossibilitadas de continuar operando normalmente.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras intermediárias são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Para fins de comparabilidade das demonstrações do resultado dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram reapresentados os resultados apurados no período findo em 30 de setembro de 2019 em relação as operações descontinuadas das sucursais e subsidiárias da Companhia na Venezuela.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG mediante resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, os quais estão convergidos com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas, quando requerido, para refletir o valor justo dos ativos e passivos.

A preparação dessas demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia e suas controladas no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Tais estimativas utilizadas para a preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas são as mesmas aplicadas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Companhias consolidadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia e de suas controladas abrangem as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas, em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019:

	Sede (País)	Participação direta no capital social (%)	
		30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Odebrecht Holdco Finance Limited	Ilhas Cayman	100,00	100,00
	Sede (País)	Participação indireta no capital social (%)	
		30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
CNO	Brasil	97,01	97,01
OECI	Brasil	100,00	100,00
OENGER	Brasil	100,00	100,00
Tenenge Engenharia Ltda	(b) Brasil	100,00	100,00
OEC S.A.	Brasil	100,00	100,00
OEC Finance Limited	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Belgravia Serviços e Participações S.A. ("Belgravia")	Brasil	100,00	100,00
Constructora Odebrecht Chile S.A.	Chile	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht - Sucursal Angola	Angola	100,00	100,00
CNO S.A. - Argentina	Argentina	100,00	100,00
CNO S.A. - Bolívia	Bolívia	100,00	100,00
CNO S.A. Sucursal Colombia ("CNO Colômbia")	(a) Colômbia	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Costa Rica	Costa Rica	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Emirados Árabes	Emirados Árabes	100,00	100,00
CNO S.A. - Equador	Equador	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Gana	Gana	100,00	100,00
CNO S.A. - Guatemala	Guatemala	100,00	100,00
CNO S.A. - México	México	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Moçambique	Moçambique	100,00	100,00
CNO S.A. - Panamá	Panamá	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Paraguai	Paraguai	100,00	100,00
CNO S.A. - Peru ("CNO Suc. Peru")	Peru	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - República Dominicana	República Dominicana	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Uruguai	Uruguai	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht S.A. - Venezuela	Venezuela	100,00	100,00
Libyan Brazilian Construction and Development Company	Líbia	60,00	60,00
Odebrecht de Argentina S.A.	Argentina	100,00	100,00
Odebrecht Industrial, Inc.	EUA	100,00	100,00
Bento Pedrosa Construções, S.A.	Portugal	99,98	99,98
CBPO	Brasil	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Argentina	Argentina	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Chile	Chile	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Colômbia	Colômbia	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Uruguai	Uruguai	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Venezuela	Venezuela	100,00	100,00
CBPO Engenharia Ltda. - Panamá	Panamá	100,00	100,00
CBPO Ingeniería de Venezuela C.A.	Venezuela	100,00	100,00
CBPO Overseas Limited.	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Centaurus Investments Limited	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Companhia de Obras e Infra Estrutura	Brasil	100,00	100,00
COL Cuba	Cuba	100,00	100,00
Constructora Norberto Odebrecht del Ecuador S.A.	Equador	100,00	100,00
Constructora Odebrecht Uruguay S.A.	Uruguai	100,00	100,00
COL Overseas, Ltd.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Sede (País)	Participação indireta no capital social (%)	
		30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Construtora Norberto Odebrecht de Panamá S.A.	Panamá	100,00	100,00
Multitrade S.A.	Brasil	100,00	100,00
Odebrecht Services GMBH	Áustria		100,00
CBPO Overseas Sucursal República Dominicana	República Dominicana	100,00	100,00
Odebrecht Industrial Engineering America	EUA	100,00	100,00
Odebrecht Angola Projectos e Serviços Ltda.	Angola	100,00	100,00
Odebrecht Angola - Construção e Projectos de Energia, Limitada	Angola	100,00	100,00
Odebrecht Solution Inc.	Bahamas	100,00	100,00
Odebrecht Construction Malta Ltd.	Malta	100,00	100,00
Odebrecht Construction, Inc.	EUA	100,00	100,00
Odebrecht Engineering & Construction Ltd.	Malta	100,00	100,00
Odebrecht Solution Malta	Malta	100,00	100,00
Odebrecht Ingeniería y Construcción de España, S.L.	Espanha	100,00	100,00
Odebrecht Ingeniería y Construcción Internacional de México, S de RL de CV.	México	100,00	100,00
Odebrecht Investimentos em Concessões Ferroviárias, Unipessoal, Ltda.	Portugal	100,00	100,00
Odb, Investimentos em Concessões Rodoviárias, Unipessoal, Ltda.	Portugal	100,00	100,00
Tenenge Limited	(d) Inglaterra	100,00	100,00
Odebrecht Overseas Limited ("OOL")	Bahamas	100,00	100,00
Odebrecht Peru Ingeniería y Construcción S.A.C. ("OPIC")	Peru	100,00	100,00
Odebrecht Industrial Engineering B.V.	Holanda	100,00	100,00
OEC Serviços de Exportação S.A.	Brasil	100,00	100,00
OSEL - Odebrecht Serviços no Exterior Ltd.	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Tenenge (UK) Ltd.	Inglaterra	100,00	100,00
Tenenge Overseas Corporation	Ilhas Cayman	100,00	100,00
Concesionaria Madden Colon	Panamá	100,00	100,00
Construtora Norberto Odebrecht de Guatemala S.A.	Guatemala	100,00	100,00
Odebrecht Global Sourcing South Africa	África do Sul	100,00	100,00
HG Market Group Corp	Barbados	100,00	100,00
OEC Peru Infraestructura S.A.C.	Peru	100,00	100,00
OIS - Odebrecht International Services, Ltd.	Ilhas Cayman	100,00	100,00
OECIP S.A.	Brasil	100,00	100,00
Odebrecht Servicios Integrales de México, S de RL de CV.	México	100,00	100,00
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. - Bolívia	Bolívia	100,00	100,00
OECI Ghana Limited	Gana	100,00	100,00
CBPO Colombia SAS	Colômbia	100,00	100,00
OEC Services Sà r.l	(e) Luxemburgo	100,00	100,00
OECI S.A. - Sucursal Colombia	Colômbia	100,00	100,00
OECI S.A. - Republica Dominicana	República Dominicana	100,00	100,00
OECI S.A. - Argentina	Argentina	100,00	100,00
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. - Moçambique	Moçambique	100,00	100,00
CBPO Ingeniería y Construcción de México S.A. de C.V.	México	100,00	100,00
OEC Guyana Inc.	Guiana	100,00	100,00
CSC OEC - Panamá, S.A.	Panamá	100,00	100,00
OECI Angola	(c) Angola	100,00	
OECI Republica Dominicana	(c) República Dominicana	100,00	

(a) Em 19 de fevereiro de 2020 ocorreu a alteração da denominação da Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Colômbia para CNO. S.A. Sucursal Colombia.

(b) Em 06 de julho de 2020 ocorreu a alteração da denominação da Tenenge Montagem e Manutenção Ltda. para Tenenge Engenharia Ltda.

(c) Empresas constituídas em 2020.

(d) Em 29 de julho de 2020 ocorreu a alteração da denominação da Odebrecht Services Limited para Tenenge Limited

(e) Em 28 de setembro de 2020 ocorreu a alteração da denominação da Odebrecht Services S.A. r.l. para OEC Services S.A. r.l

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Contabilidade em Economia Hiperinflacionária

As normas brasileiras de contabilidade (CPC 42/IAS 29) – “Contabilidade em Economia Hiperinflacionária”, requerem a preparação de informações financeiras atualizadas por índices de inflação em economias consideradas hiperinflacionárias, o que ocorre com os ativos, passivos, patrimônio líquido e resultado das entidades da Companhia na Venezuela e Argentina.

As informações financeiras na Venezuela foram atualizadas até 30 de setembro de 2019 em conformidade com o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que foi publicado pelo Banco Central de Venezuela (“BCV”) em 28 de maio de 2019. O período relacionado aos meses de maio e junho de 2019, foram atualizados em conformidade com as diretrizes de cálculo previstos pelo BCV. A partir de 01 de julho de 2019 as informações financeiras da Venezuela não estão mais sujeitas a atualização por hiperinflação tendo em vista a descontinuidade da operação nesse país, conforme mencionado na nota 1 (d).

Na Argentina, as informações financeiras foram atualizadas em conformidade com o IPC (Índice de Preço ao Consumidor), indicador oficial de atualização destas informações que é publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos da Argentina (“INDEC”).

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas incluídas na consolidação são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a respectiva investida atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas foram preparadas em reais (R\$), que também é a moeda funcional da OEC, e estão apresentadas em milhares de reais (R\$ mil).

(b) Transações e saldos

Exceto para Venezuela e Argentina, que operam em ambiente hiperinflacionário, as operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nos quais os itens são remensurados. As operações de Venezuela e Argentina são atualizadas monetariamente e convertidas pelas taxas de câmbio do final do período.

Os ganhos e as perdas cambiais, resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As taxas de câmbio utilizadas para as conversões das transações e saldos em outras moedas, das principais sucursais e subsidiárias da Companhia, foram as taxas oficiais, conforme abaixo:

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

País	Moeda	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Angola	Dólar Norte-americano	5,6407	4,0307
Argentina	Peso Argentino	0,0741	0,0673
Colômbia	Peso Colombiano	0,0015	0,0012
Cuba	Peso Cubano	5,6407	4,0307
EUA	Dólar Norte-americano	5,6407	4,0307
México	Peso Mexicano	0,2553	0,2134
Panamá	Balboa	5,6407	4,0307
Peru	Novo Sol	1,5674	1,2160
Portugal	Euro	6,6132	4,5305
República Dominicana	Pesos Dominicanos	0,0967	0,0763
Venezuela	Bolívars Soberano	0,00001	0,0001

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

Diante da situação em que as controladas da Companhia se encontram na Venezuela, conforme mencionado na Nota 1 (d), a administração estuda a possibilidade da mudança da moeda funcional para R\$, conforme definições de moeda funcional descritas no CPC02 (R2). De acordo com este CPC, essa possibilidade ocorre quando há alteração nas transações, nos eventos e nas condições subjacentes da Companhia em relação a sua moeda funcional definida anteriormente.

(c) Conversão de balanço de empresas consolidadas

Os resultados e a posição financeira de todas as empresas consolidadas cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação como segue:

- Os ativos e passivos são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- O patrimônio líquido inicial de um período corresponde ao patrimônio líquido final do período anterior, conforme convertido à época. As mutações do patrimônio inicial durante o período são convertidas pelas taxas em vigor nas respectivas datas de ocorrências;
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio dos respectivos períodos; e
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as correspondentes diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda resultante da venda.

3 Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes de variações de taxas de câmbio, taxas de juros e indexadores de preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplimento de suas contrapartes em aplicações financeiras, contas a receber e derivativos.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e suas controladas e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. A Companhia não faz uso de hedge accounting como instrumento desta gestão.

(a) Exposição a riscos cambiais

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente e estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de exposições de algumas moedas, especialmente com relação ao dólar norte americano.

O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

A Companhia, através de suas sucursais, controladas e coligadas, possui volume significativo de operações no exterior, sendo parte dessas operações expressa em dólares norte-americanos, com alguma exposição às moedas locais, restrita a alguns países específicos.

Adicionalmente, certos empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas, captados no exterior, são denominados em moeda estrangeira, assim como dívidas com fornecedores e outros saldos mantidos com partes relacionadas.

A Companhia e suas controladas administram sua exposição às taxas de câmbio através da composição de fluxo de caixa em moedas estrangeiras, dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos.

A política da Companhia e suas controladas para gestão de riscos cambiais prevê os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, sendo esses monitorados continuamente pela administração.

(b) Exposição a riscos de taxas de juros

Considerando que a Companhia e suas controladas não têm ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação nas taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

A dívida em moeda estrangeira está sujeita principalmente à flutuação da Libor, enquanto a dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da TJLP, das taxas pré-fixadas em reais e da variação do CDI diário.

A Companhia e suas controladas analisam sua exposição às taxas de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e hedges alternativos. Com base nesses cenários, a Companhia e suas controladas definem uma mudança razoável nas taxas de juros e calculam o impacto sobre os resultados. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Exposição a riscos de indexadores de preços

Parte considerável dos contratos nos quais a Companhia e suas controladas encontram-se engajadas são contratos a preço fixo. As margens reais de lucro desses contratos podem variar, com relação às margens estimadas, quando do orçamento de custos, no momento da proposição do preço contratual, em decorrência de variações significativas não esperadas no custo dos equipamentos, materiais a serem aplicados ou mão de obra, relacionadas a efeitos inflacionários ou outros inesperados; dificuldades em obter empréstimos e financiamentos necessários para a execução do contrato ou em obter permissões ou aprovações governamentais; alterações de projeto resultando em custos inesperados; atrasos causados por condições climáticas adversas ou falhas de performance de subempreiteiros e/ou fornecedores contratados.

Com o objetivo de minimizar os riscos de indexadores de preços, os contratos a preço fixo performados pela Companhia e suas controladas têm seus orçamentos revisados periodicamente, incluindo nos orçamentos revisados as confirmações ou inconsistências verificadas em relação aos valores efetivamente realizados. É política da Companhia e suas controladas discutir a cobrança de pleitos em relação ao preço contratual, resultando em futuros aditivos contratuais que acrescem valor ao referido preço contratado, em decorrência das variações verificadas. Tais aditivos são registrados contabilmente quando de sua assinatura.

(d) Exposição a riscos de crédito

O risco de crédito decorre, principalmente, de caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas.

A Companhia e suas controladas buscam manter um volume de disponibilidades suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados nos planos de negócios; e (iii) às condições adversas que possam demandar maiores investimentos em capital de giro.

Esses recursos são alocados de forma a: (i) buscar retorno compatível com a volatilidade máxima determinada pela política de riscos e de investimentos; (ii) buscar uma alta pulverização da carteira consolidada; (iii) evitar o risco de crédito decorrente de concentração em poucos títulos; e (iv) acompanhar a variação da taxa de juros de mercado, seja no Brasil ou no exterior.

A estratégia de vendas da Companhia e suas controladas considera o nível de risco de crédito a que a administração de cada empresa está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, respeitando as diretrizes gerais do Grupo.

A diversificação das carteiras de recebíveis, a seletividade dos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas, por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência nas contas a receber.

Para mitigar esse risco de inadimplência, a Companhia e suas controladas têm como mecanismo de proteção a prestação do serviço de engenharia e construção mediante faturamentos periódicos antecipados aos clientes.

Objetivando reduzir o volume de recebíveis em atraso, a Companhia e suas controladas têm adotado a política de descentralizar a negociação para recebimento no âmbito administrativo junto aos referidos clientes, delegando essa responsabilidade para os níveis administrativos responsáveis pelo acompanhamento de cada contrato. Caso nessas ações administrativas não seja obtido sucesso, a cobrança desses valores ocorrerá pela via judicial.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além disso, a Companhia e suas controladas têm procurado maior seletividade de seus clientes, tendo aumentado a participação da receita advinda dos clientes privados ou para clientes do setor público que a Companhia e suas controladas entendem possuir capacidade de geração independente de recursos, e que não são dependentes de orçamentos públicos para liquidar suas obrigações (substancialmente empresas de economia mista), assim como participam em contratos em que os pagamentos são financiados por agências de exportação, agências multilaterais, bancos comerciais, fundos de pensão e investidores privados.

Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, a Companhia e suas controladas costumam receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra ("down payment"). Esses adiantamentos são descontados de cada fatura até o final do contrato.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter grande concentração de investimentos em um único grupo econômico, ponderando as concentrações de acordo com o rating e os preços observados diariamente no mercado de Credit Default Swaps referenciados às instituições.

(e) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas constantemente pelas áreas de tesouraria das empresas.

3.2 Gestão de capital

A Companhia demonstra abaixo o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Nota	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Total dos empréstimos e financiamentos	18	4.295.826	3.029.318
Menos: caixa e equivalente de caixa	5	(1.083.390)	(482.425)
Dívida líquida (i)		3.212.436	2.546.893
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		(16.400.243)	(11.141.169)
Total do capital		(13.187.807)	(8.594.276)
Índice de alavancagem financeira - %		N/A	N/A

N/A - Não aplicável

(i) A dívida líquida da Companhia inclui a provisão de garantia aos Bonds (Nota 1 (b)).

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Instrumentos financeiros por categoria

	Ativo mensurado a valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
30 de setembro de 2020			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos		871.493	871.493
Investimento de curto prazo	211.897		211.897
Contas correntes com consorciadas		442.554	442.554
Contas a receber e outros ativos		7.627.076	7.627.076
Sociedades do Grupo Odebrecht		3.474.472	3.474.472
	<u>211.897</u>	<u>12.415.595</u>	<u>12.627.492</u>
		Custo amortizado	Total
30 de setembro de 2020			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		4.295.826	4.295.826
Arrendamento mercantil		165.009	165.009
Fornecedores, subempreiteiros e outros passivos		6.343.798	6.343.798
Contas correntes com consorciadas		512.678	512.678
Sociedades do Grupo Odebrecht		4.607.271	4.607.271
		<u>15.924.582</u>	<u>15.924.582</u>
	Ativo mensurado a valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Caixa e bancos		400.869	400.869
Instrumentos financeiros	70.700		70.700
Investimento de curto prazo	81.556		81.556
Contas correntes com consorciadas		379.226	379.226
Contas a receber e outros ativos		7.513.121	7.513.121
Sociedades do Grupo Odebrecht		2.714.397	2.714.397
	<u>152.256</u>	<u>11.007.613</u>	<u>11.159.869</u>
		Custo amortizado	Total
31 de dezembro de 2019			
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos e financiamentos		3.029.318	3.029.318
Arrendamento mercantil		151.996	151.996
Fornecedores, subempreiteiros e outros passivos		5.120.791	5.120.791
Contas correntes com consorciadas		371.529	371.529
Sociedades do Grupo Odebrecht		3.636.945	3.636.945
		<u>12.310.579</u>	<u>12.310.579</u>

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Liquidez imediata	703.140	129.567
Caixa países (*)	301.003	140.690
Consórcios	79.247	212.168
	<u>1.083.390</u>	<u>482.425</u>

(*) Considera países com eventuais restrições de movimentação, tais como: judiciais, cambiais, legislações próprias.

As aplicações financeiras da Companhia e suas controladas são de curto prazo (prazo original de até 90 dias), apresentam alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em caixa, além de estarem sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O objetivo deste recurso é, basicamente, suprir necessidades de caixa da Companhia.

6 Instrumentos financeiros

Os Certificados de Incentivo ao Desenvolvimento ("CIDs") foram emitidos pelo Município de São Paulo ("PMSP"), com base na Lei 15.413 de 20 de julho de 2011, no Decreto 52.871 de 22 de dezembro de 2011 e na Deliberação nº 1/2013 de 4 de abril de 2013 do Comitê de Construção do Estádio da Copa do Mundo de Futebol de 2014, podendo ser utilizados para pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, devidos à PMSP pelo investidor ou cessionário.

Em 8 de janeiro, 18 de junho, 25 de julho e 17 de dezembro de 2019, a Arena Fundo de Investimento Imobiliário – FII ("Arena FII") transferiu o montante de 5.828 CIDs à CNO, a título de quitação parcial do contas a receber referente ao Contrato EPC da Arena Corinthians.

Em 29 de novembro de 2019, a Companhia negociou o Instrumento Particular de Cessão de Direitos, Constituição de Opção de Compra e Outras Avenças ("Contrato de Cessão") com o fundo Nagoia Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Não Padronizados ("Fundo Nagoia"), sendo 2.136 como cessão de direito ("CIDs da primeira operação") e 3.692 como opção de compra ("CIDs opção de compra").

Os CIDs da primeira operação foram negociados pelo montante de R\$ 82.000, mais um prêmio de R\$ 7.425 previsto no Contrato de Cessão. Em decorrência desse recebimento, ocorrido em 2019, a Companhia reconheceu no resultado financeiro, desse mesmo ano, uma perda de R\$ 57.759.

Em 31 de julho de 2020, o Fundo Nagoia, por meio de notificação, nos termos da Cláusula 3.2 do Contrato de Cessão, exerceu a sua opção de aquisição da totalidade dos 3.692 CIDs Opção de Compra, e em 24 de agosto de 2020, efetuou o pagamento no montante de R\$ 79.606. Em decorrência desse recebimento, houve o registro de receita financeira no montante de R\$ 3.728 devido à atualização monetária prevista no Contrato de Cessão.

7 Contas a receber de clientes e adiantamento de clientes

Os saldos de contas a receber estão registrados substancialmente em Angola, Brasil, Panamá, Peru e República Dominicana, os quais possuem saldos de adiantamentos recebidos de clientes em aberto, conforme segue:

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Principais países	30 de setembro de 2020						31 de dezembro de 2019	
	Contas a receber e direitos a faturar			Adiantamento de clientes e passivo de contrato (*)			Contas a receber e direitos a faturar	Adiantamento de clientes e passivo de contrato (*)
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total	faturar	contrato (*)
Angola	1.009.279	284.509	1.293.788	50.213	3.845.348	3.895.561	1.833.947	2.831.111
Brasil	329.264	893.971	1.223.235	333.337	389.680	723.017	1.125.168	554.216
Panamá	891.695		891.695	169.807	3.151	172.958	648.415	145.954
Peru	1.475.293	23.471	1.498.764	15.868		15.868	1.095.118	8.095
Rep. Dominicana	435.706		435.706	275.916		275.916	920.289	643.285
Outros	517.908	1.466.103	1.984.011	454.080	4.499.679	4.953.759	1.457.656	3.488.983
(-) PECLD (i)	(1.197.310)	(187.874)	(1.385.184)				(1.081.288)	
	3.461.835	2.480.180	5.942.015	1.299.221	8.737.858	10.037.079	5.999.305	7.671.644

(*) Referem-se a adiantamentos de clientes recebidos geralmente quando da assinatura de contratos, para execução de determinadas obras, os quais são deduzidos em percentuais variados das faturas de prestação de serviços, durante o prazo de execução estipulado em contrato. Os valores recebidos de clientes superiores às receitas apropriadas também são registrados na rubrica "Adiantamentos recebidos de clientes", denominado como passivo de contrato, no passivo circulante e não circulante, de acordo com o prazo de execução da obra.

(i) Provisão de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

De acordo com o CPC48 – Instrumentos Financeiros, na mensuração das provisões de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa a Companhia adotou o critério de abordagem simplificada, tendo em vista que seus recebíveis não contemplam componentes de financiamentos significativos.

Para a mensuração da provisão de perda esperada a Companhia não utilizou uma matriz de provisões por ausência de perdas históricas em suas operações que a levasse a definir um critério de provisão com base nos históricos de perdas. Ao invés disso, a Companhia adotou modelo de matriz geográfica, tendo em vista o acompanhamento de suas operações estar definida geograficamente. Portanto, a cada período a Companhia aplica a probabilidade de Default de cada país que atua sobre sua exposição de crédito, que representa o contas a receber e direitos a faturar menos os adiantamentos de clientes e passivo de contrato.

Adicionalmente, a Companhia também avalia perdas incorridas oriundas de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do recebível e se esse evento de perda tiver impacto nos fluxos de caixa da Companhia.

Historicamente, a Companhia e suas controladas têm recebido esses créditos mantidos junto às referidas entidades, incluindo aqueles atrasados há um ano ou mais e não vem apresentando perdas significativas em sua realização. O recebimento desses valores em atraso pode ocorrer mediante liquidação financeira ou mediante o recebimento de títulos ou outros ativos. Como parte da sua política de mitigação dos riscos de atuação em países emergentes, a Companhia e suas controladas costumam receber adiantamentos dos clientes antes de iniciar uma obra ("down payment"). Esses adiantamentos são descontados de cada fatura até o final do contrato.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Tributos a recuperar

	30 de setembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Brasil	Exterior	Total	Brasil	Exterior	Total
Ativos - compensáveis						
Antecipação de Imposto de renda	15.020	180.290	195.310	25.399	288.554	313.953
Tributos Indiretos	34.828	209.509	244.337	22.458	132.287	154.745
Impostos retidos na fonte	25.071	29.447	54.518	6.139	2.555	8.694
Outros	60.993	15.544	76.537	52.949	10.547	63.496
	<u>135.912</u>	<u>434.790</u>	<u>570.702</u>	<u>106.945</u>	<u>433.943</u>	<u>540.888</u>
			<u>Ativo circulante</u>			<u>490.258</u>
			<u>Ativo não circulante</u>			<u>50.630</u>

9 Estoques

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Matérias-primas	94.272	71.258
Materiais para aplicação em obras (i)	212.469	72.976
Imóveis negociáveis (ii)	210.753	151.150
Importações e exportações em andamento	11.954	79.792
Estoques em trânsito	47.092	21.049
Adiantamentos a fornecedores	41.327	61.268
	<u>617.867</u>	<u>457.493</u>

(i) Refere-se, substancialmente, a materiais para aplicação no Consórcio UTE Santa Cruz.

(ii) Refere-se, substancialmente, a estoques de imóveis à venda em Angola.

10 Outros ativos curto e longo prazo

Em 30 de setembro de 2020, os saldos de outros ativos de curto prazo estão pulverizados em diversas naturezas, podendo ser destacados: i) notas de débitos e faturas emitidas contra empresas do Grupo Odebrecht no montante de R\$ 125.240 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 96.142) conforme mencionado na Nota 11 (b) e ii) custos de transação referente aos Bonds OFL no montante de R\$ 94.000 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 47.252).

Em 30 de setembro de 2020, o saldo de outros ativos de longo prazo estão pulverizados em diversas naturezas, podendo ser destacados: i) depósitos/bloqueios judiciais no montante de R\$ 30.788 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 46.749); ii) adiantamentos a fornecedores no montante de R\$ 37.159 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 25.982); iii) despesas antecipadas no montante de R\$ 23.418 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 18.652); iv) aplicações de longo prazo no montante de R\$ 102.701 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 73.387) e v) acordo firmado em 2019 com as consorciadas do projeto RNEST no montante de R\$ 58.153 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 69.027 - no curto prazo).

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Partes relacionadas

(a) Movimentação dos saldos de Sociedades do Grupo Odebrecht e Contas Correntes Consorciadas

	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Juros	Variação cambial	Provisão para perdas	Ajuste a valor presente	30 de setembro de 2020
Ativo circulante								
Conta corrente com consorciadas								
Odebrecht Serviços e Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("OSP")	88.152	93						88.245
Total - Empresas em recuperação judicial (i)	88.152	93						88.245
Ativo não circulante								
Sociedades do Grupo Odebrecht								
ODB	82.616	15.630		839	30.499	(45.208)		84.376
ODBIC	437.141			9.638	175.093	(6.828)		615.044
OFL	1.988.146				757.269	(281.288)		2.464.127
Total - Empresas em recuperação judicial (i)	2.507.903	15.630		10.477	962.861	(333.324)		3.163.547
Demais empresas consolidadas da OPI (ii)	91.207	476	(3.068)	5.155	32.028			125.798
Aqueduct	1.358	97	(69)		516			1.902
Biocom – Cia de Bioenergia de Angola Ltd. - "Biocom" (c)	95.563	10.768		31.635	37.943		(21.208)	154.701
Consortio Constructor Ductos Del Sur	11.403	5.412	(4.684)	317	7.426			19.874
Outros	6.963	1	(316)	11	1.991			8.650
Total - Demais empresas do Grupo	206.494	16.754	(8.137)	37.118	79.904		(21.208)	310.925
	2.714.397	32.384	(8.137)	47.595	1.042.765	(333.324)	(21.208)	3.474.472

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Juros	Variação cambial	30 de setembro de 2020
Passivo não circulante						
Sociedades do Grupo Odebrecht						
ODB	(163.189)		3.514			(159.675)
ODBIC	(437.141)			(1.278)	(176.779)	(615.198)
OFL	(1.201.152)				(479.782)	(1.680.934)
OSP	(875.146)	(371)	4.568			(870.949)
Total - Empresas em recuperação judicial (i)	(2.676.628)	(371)	8.082	(1.278)	(656.561)	(3.326.756)
Demais empresas consolidadas da OPI (ii)	(350.235)	(14.649)	45.186	(10.207)	(109.552)	(439.457)
Aqueduct	(527.321)				(210.630)	(737.951)
CNOC (Colômbia)	(157)	(46)	225		(31)	(9)
Consorcio Constructor Ductos Del Sur	(29.690)	(29.629)	62.841	(403)	(4.590)	(1.471)
Consorcio Constructor Chavimochic	(5.614)	(59.603)	28.351	(392)	(10.575)	(47.833)
Horiens Corretora de Seguros Ltda.	(29.390)		1.317			(28.073)
OCS-International Ltd	(9.611)				(3.839)	(13.450)
OR	(6.497)					(6.497)
Outros	(1.802)	(7.366)	4.523	(34)	(1.095)	(5.774)
Total - Demais empresas do Grupo	(960.317)	(111.293)	142.443	(11.036)	(340.312)	(1.280.515)
	<u>(3.636.945)</u>	<u>(111.664)</u>	<u>150.525</u>	<u>(12.314)</u>	<u>(996.873)</u>	<u>(4.607.271)</u>

(i) O saldo dos passivos líquidos da OEC e empresas controladas com Sociedades do Grupo Odebrecht em Recuperação Judicial é (R\$ 74.964) (31 de dezembro de 2019 – (R\$ 80.573)).

(ii) Refere-se a saldos com empresas consolidadas da OPI, que não estão em Recuperação Judicial: Concessionária Travase Olmos S.A., Odebrecht Latinvest Peru SAC, Odebrecht Energia Del Peru, Technik Invest SAC, Inversiones en Infraestructura Transportes por Ductos SAC, Odebrecht Latinvest Peru Ductos S.A., Concessionária IIRSA Norte S.A., Concessionária Interoceanica Sur Tramo 2 S.A., Concessionária Interoceanica Sur Tramo 3 S.A. e Bairro Novo Empreendimentos S.A.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outras transações com partes relacionadas:

	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Juros	PCLD / AVP	Variação cambial	30 de setembro de 2020
Ativo circulante							
Contas a receber							
ODB	909					363	1.272
OSP		6					6
Total - Empresas em recuperação judicial	909	6				363	1.278
Demais empresas Consolidadas na OPI	65.829	28.539	(48.936)			9.559	54.991
Consorcio Construtor Chavimochic - Peru	289					116	405
Gasoduto Sur Peruano	871.973					349.412	1.221.385
Biocom (c)	1.107	2.602	(1.151)		(6)	969	3.521
Odebrecht Ambiental Participações	9.322	104				1.826	11.252
Braskem	8.140	11.374	(16.114)				3.400
OTP - Investidas	34.811						34.811
Odebrecht Properties - Controladas (i)	89.947						89.947
Odebrecht Energia - Controladas (ii)	37.965	327					38.292
Odebrecht Realizações	23.883	51	(47)				23.887
Outros - Ativo	50.374	521	(3.772)			622	47.745
Total - Demais empresas do Grupo	1.193.640	43.518	(70.020)		(6)	362.504	1.529.636
Outros ativos							
ODB	5	236					241
OPI	5.582	485	(4.736)				1.331
OSP	367	3.042	(388)				3.021
Odebrecht Properties	1.063	1.339	(911)				1.491
Edifício Odebrecht RJ S.A.	88	198					286
Odebrecht Energia	11.237	3.506	(149)				14.594
Ativos		12.750	(207)				12.543
Total - Empresas em recuperação judicial	18.342	21.556	(6.391)				33.507
Demais empresas Consolidadas na OPI	1.312	3.901	(611)				4.602
Biocom (c)	836	8.218			(13.168)	6.249	2.135
Odebrecht Ambiental Participações	12.195	2.250	(1.119)			911	14.237
Braskem	1.004	2.746	(2.358)				1.392
OTP - Investidas	26.668	3.077	(3.854)	3.369		231	29.491
Odebrecht Realizações	27.877	4.185	(5.057)				27.005
Ocyan	3.943	2.116	(751)				5.308
Odebrecht Defesa e Tecnologia	1.982	3.073	(201)				4.854
CNOC (Colômbia)		829			(14.381)	13.552	
AOT Pipelines S.A. P.I. DE C.V.	1.554					662	2.216
Outros - Ativo	429	1.701	(1.637)				493
Total - Demais empresas do Grupo	77.800	32.096	(15.588)	3.369	(27.549)	21.605	91.733

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Juros	PCLD / AVP	Variação cambial	30 de setembro de 2020
Ativo não circulante							
Contas a receber							
Biocom (c)	7.413	16.791	(14.283)		(39.080)	41.130	11.971
Outros ativos							
ODB		2.200					2.200
Total - Empresas em recuperação judicial		2.200					2.200
Biocom (c)	13.274	31.424	(25.603)		(14.332)	11.686	16.449
OTP - Investidas	8.313	380		520			9.213
Sociedade de Desenvolvimento Mineiro ("SDM")	126.365	2.054				40.112	168.531
Outros - Ativo	5						5
Total - Demais empresas do Grupo	147.957	33.858	(25.603)	520	(14.332)	51.798	194.198

- (i) Refere-se, substancialmente a Arena Pernambuco.
(ii) Refere-se, substancialmente a Santo Antônio Energia.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Variação cambial	30 de setembro de 2020
Passivo circulante					
Fornecedores					
ODB	10.047	165	(8)	1.749	11.953
OSP	29.508		(2.326)		27.182
Odebrecht Properties	148	6	(112)		42
Edifício Odebrecht RJ S.A.	24.120	9.485			33.605
Ativos	352	440	(11)		781
Total - Empresas em recuperação judicial	64.175	10.096	(2.457)	1.749	73.563
Braskem México	1.235			525	1.760
Demais empresas Consolidadas na OPI	874		(184)	332	1.022
AOT Pipelines S.A.P.I. DE C.V.	16.709			7.112	23.821
Outros - Passivo	964	2.822	(1.071)		2.715
Total - Demais empresas do Grupo	19.782	2.822	(1.255)	7.969	29.318
Outros passivos					
ODB	242				242
Total - Empresas em recuperação judicial	242				242
OR	5.230		(21)		5.209
Outros - Passivo	119				119
Total - Demais empresas do Grupo	5.349		(21)		5.328

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Créditos com a Biocom – Companhia de Bioenergia de Angola Ltd.

A Companhia através de suas controladas diretas e indiretas no Brasil e no Exterior, mantém saldos em aberto no balanço nas rubricas de contas a receber com Sociedades do Grupo Odebrecht, contas a receber de clientes e outros ativos do ativo circulante e não circulante com a coligada Biocom, oriundos de faturas de exportação de bens e serviços e mútuos efetuados a título de prestações suplementares ocorridos entre os períodos de 2010 a 2019.

Conforme mencionado na Nota 1 (f), em 06 de dezembro de 2019, as Acionistas da Biocom, juntamente com os bancos locais (Banco Angolano de Investimentos – BAI, Banco de Fomento Angola – BFA e Banco Econômico – BE), formularam os principais termos da renegociação dos empréstimos contraídos pela Biocom, os quais estão documentados na Ficha Técnica Indicativa (“FTI”), ainda em processo de confirmação e assinatura.

Entre os termos desta renegociação em discussão, está prevista a liquidação da dívida junto aos bancos locais em um período de 126 meses (10,5 anos), sendo que somente após liquidação da dívida junto aos bancos locais, poderão ser liquidados os saldos em aberto com os acionistas e partes relacionadas, conforme a capacidade financeira de pagamento da Biocom.

Nesse cenário, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou uma redução ao valor recuperável (impairment) em seu ativo circulante e não circulante no valor de R\$ 1.516.182, como ajuste a valor presente, cujo valor reflete o valor justo esperado para realização destes saldos em aberto nesta mesma data base.

Durante o período de 2020, o ajuste a valor presente no montante de R\$ 87.794 foi registrado em contrapartida do resultado financeiro como despesa.

(d) Remuneração do pessoal chave da administração

	30 de setembro de 2020			31 de dezembro de 2019		
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Total
Remuneração (a)	4.103	3.334	7.437	5.895	6.349	12.244
Remuneração de curto prazo (b)	93	13	106	123	38	161
Benefícios - Previdência privada	139		139	157	34	191
	<u>4.335</u>	<u>3.347</u>	<u>7.682</u>	<u>6.175</u>	<u>6.421</u>	<u>12.596</u>

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, vale refeição e seguro de vida.

O pessoal-chave da administração contempla os conselheiros e diretores estatutários da OEC e suas controladas CNO e OECI (“Administradores”).

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 12 de maio de 2020, foi aprovado o valor total de remuneração dos administradores no montante de R\$ 26.092, referente ao ano-calendário de 2020, que inclui Incentivos de Curto Prazo – ICP e Incentivos de Longo Prazo – ILP, de R\$ 7.523 e R\$ 2.705, respectivamente.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imposto sobre a renda e contribuição social correntes e diferidos

Os impostos sobre a renda diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto sobre a renda, a base negativa de contribuição social, esta última no caso dos investimentos no Brasil, e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os respectivos valores contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, no Brasil, são de 25% para o imposto sobre a renda e de 9% para a contribuição social. As alíquotas nominais nos demais países variam de 25% a 35%.

(a) Reconhecimento do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é demonstrada como segue:

Natureza dos créditos	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Prejuízos fiscais	295.844	494.570	(29.108)	14.096
Base de cálculo negativa	10.945	6.960		
	306.789	501.530	(29.108)	14.096
Diferenças temporárias				
Provisões	565.350	491.945	(2.951)	3.530
Variação cambial	241.699	(243.263)	561.744	167.708
Ajuste a valor presente	28.289	(11)		
Entidades governamentais			76.527	73.849
Outros	24.635	75.316	106.749	55.585
	1.166.762	825.517	712.961	314.768

(b) Recuperabilidade dos ativos de imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2020, a Companhia e suas controladas apresentaram posição ativa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Os saldos ativos são compostos, em sua maioria, por prejuízos fiscais e diferenças temporárias, fundamentados na própria realização dessas diferenças, com base no orçamento de resultados futuros.

Tal orçamento contempla, principalmente, o “backlog” (carteira de receitas já contratadas possuída pela Companhia e suas controladas), acompanhado das novas contratações previstas para os próximos anos e a disponibilização, para fins de tributação, dos resultados auferidos por subsidiárias localizadas no exterior na data do balanço no qual tenham sido apurados.

(c) Programa de Regularização Tributária – PRT e Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em 2017 a empresa aderiu aos Programas de Regularização Tributária (“PRT e PERT”) com o objetivo de quitar o montante de R\$ 2.299.140 (incluindo multa e juros) de dívidas tributárias federais.

A liquidação será mediante o pagamento de 24% da dívida em 24 parcelas e o restante (76%) com a utilização créditos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL próprios, no valor de R\$ 85.414 e, adquiridos de empresas do Grupo Odebrecht, no montante de R\$ 1.661.653.

Em 2018, a OEC consolidou os parcelamentos e, até 30 de setembro de 2020, foram quitadas parcelas no montante de R\$ 544.806. O saldo remanescente de R\$ 8.098 registrado no passivo, refere-se ao principal no montante de R\$ 6.545 com atualização da Selic Acumulada em R\$ 1.553.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Parcelamento Ordinário

Em abril e agosto de 2019 a Companhia aderiu aos Parcelamentos Ordinários para quitar débitos de IRPJ e CSLL de anos anteriores no montante de R\$ 65.801 em 60 parcelas, sendo que até 30 de setembro de 2020 foi quitado o montante de R\$ 15.446. O saldo remanescente de R\$ 53.359, registrado no passivo, refere-se ao principal no montante de R\$ 50.354 com atualização da Selic Acumulada de R\$ 3.005.

13 Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

(a) Balanço

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Concessionária Ruta Del Sol S.A.S ("Rutas del Sol") (i)		175.266
Rutas de Lima SAC ("Rutas de Lima") (ii)		261.007
Concessionária Chavimochic S.A.C ("Chavimochic") (iii)	20.071	16.207
Consórcio Expresso Linha 6 ("CEL6") (iv)	59.390	
	<u>79.461</u>	<u>452.480</u>

(i) Rutas del Sol – Em 22 de fevereiro de 2017, com aditivo em 27 de março de 2017, a Agência Nacional de Infraestrutura da Colômbia ("ANI") e a Concessionária Ruta del Sol firmaram o Acordo para a rescisão e liquidação do Contrato de Concessão nº 01, de 14 de janeiro de 2010, para o término antecipado do Contrato de Concessão, acordando uma fórmula de cálculo, sujeita à aprovação da autoridade judicial competente, para a liquidação do Contrato. O referido Acordo dispôs, ainda, sobre as obrigações e direitos do período de transição e do período de reversão dos bens. Este Acordo não foi cumprido pela ANI, e nesse sentido deu-se continuidade das negociações via um Tribunal Arbitral Local (Camara de Comercio de Bogotá), com a única finalidade de declarar a Nulidade do Contrato de Concessão, mesmo já estando encerrado.

Em 14 de setembro de 2017, o Tribunal Administrativo de Cundinamarca decretou as medidas administrativas complementares requeridas pelo Acordo, sendo que em 20 de outubro de 2017, ANI e a Concessionária assinaram Ata de reversão e entrega da infraestrutura, formalizando a devolução dos bens reversíveis, exceto por 26 salvaguardas que afirmam ainda não haver ocorrida a reversão, mas sim tão somente a entrega da infraestrutura. Sobre o que foi revertido, a Concessionária ainda não recebeu o pagamento pelos investimentos feitos no projeto, sendo este um ato de expropriação.

Em 6 de Agosto de 2019, o Tribunal Arbitral Local homologou o Laudo Arbitral pelo qual se decreta a Nulidade do Contrato de Concessão, a pesar de ter operado a caducidade e, como consequência, o Tribunal determinou os efeitos econômicos que se derivaram da declaração de nulidade, para o qual foi realizado uma interpretação tendenciosa do artigo 20 da Lei 1882 de 2018, ajustando os cálculos realizados por seu Perito Expert (Duff & Phelps), e descontando claims não incluídos na peritagem e lucros não distribuídas pela Concessionária. De acordo com o Laudo foi reconhecido, pelo Perito Expert do Tribunal o investimento realizado e validado por Perito de Parte, nesse mesmo processo arbitral. Não obstante, o Tribunal sem sustento técnico, ou pelo menos, sem sustento validado pelos Peritos com expertise para tal, realizou ajustes no valor de investimento, sendo tal valor insuficiente para pagar as obrigações financeiras e tão pouco seus Acionistas. O valor dos ajustes descontados pelo Tribunal deve ser demandado em instâncias internacionais, especificamente no International Chamber of Commerce ("ICC"), conforme cláusula de resolução de controvérsias do Contrato que, mesmo anulado, prevalece.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Além da demanda internacional anterior, a Concessionária, os seus Acionistas e os bancos financiadores do projeto decidiram solicitar a anulação do laudo do tribunal. Para tal, elaboraram de forma independente, recursos extraordinários de anulação, interpostos em 30 de setembro de 2019 e ações de tutela formulada em 15 de janeiro de 2020, estas últimas foram negadas.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu uma perda por redução a valor recuperável sobre o referido investimento no montante de R\$ 63.947, tomando como base o laudo de avaliação de valor de liquidação, apresentado pela Duff & Phelps, na arbitragem local, considerando os seguintes critérios: i) decisão da arbitragem local, sem sustento técnico, ou pelo menos, sem sustento validado pelos peritos com expertise para tal, realizou ajustes desfavoráveis ao investimento; ii) bancos credores, Acionistas e a Concessionária apresentaram recursos extraordinários de anulação da decisão sobre a arbitragem local; iii) apresentação de recursos de tutela formulados e apresentados, os quais na data da avaliação do impairment não tinham sido julgada; iv) apresentação de demanda internacional na CCI com o intuito de discutir a arbitragem em uma corte imparcial; e v) reconhecimento do Perito do Tribunal (Duff&Phelps) sobre o investimento realizado e validado por perito de Parte.

Adicionalmente, até 30 de setembro de 2020, eventos ocorridos localmente, em relação a Concessionária, levou a Administração a reavaliar a recuperabilidade desse investimento. Tal avaliação, tomou como base a abertura do processo de liquidação judicial da Concessionária, mediante o Auto radicado pelo número 2020-01-009673, ordenado pela Superintendência de Sociedades ("SS") da Colômbia. A respeito das possibilidades de recuperação do capital investido na Concessionária, a Administração da Companhia solicitou a um expert em matéria societária o qual assinalou que os acionistas "somente terão direito ao valor remanescente que ficar depois que a Concessionária pagar todo o passivo com terceiros, incluindo aquelas obrigações postergadas, tais como sanções, juros e créditos extemporâneos, tal como dispõe o artigo 59 da lei 1116 de 2006."

Em 30 de junho de 2020, a Companhia reconheceu o complemento da perda por redução a valor recuperável sobre o referido investimento no montante de R\$ 261.041, mesmo sabendo que no futuro poderá reaver parcela do capital aportado em decorrência da arbitragem internacional.

(ii) Rutas de Lima – Em 28 de junho de 2016, a Odebrecht Latinvest Peru S.A.C. ("OLI SAC"), alienou 57% do capital social da Rutas de Lima em favor da BIF III Peru Transportation I S.A.C. ("BIF"). Nessa mesma operação a BIF obteve a opção de compra de 25% das ações da Rutas de Lima detidas pela CNO, controlada direta da Companhia. A BIF tinha o prazo de 4 anos para exercer a opção de compra, o qual venceu em 28 de junho de 2020. Até 30 de setembro de 2020 a BIF não exerceu sua opção de compra, o qual levou a Administração a reavaliar essa negociação. Em função de a OLI SAC ter entrado com processo de arbitragem contra a BIF, para reaver parte dos valores acordados na venda, a Administração da Companhia não prosseguirá com a intenção de venda de sua participação.

Em 30 de junho de 2020, devido ao fato de atualmente não existir mais a intenção de venda desse investimento, por parte da Companhia, foi reclassificado para a conta de investimento, no ativo permanente, o valor de R\$ 261.007, conforme apresentado na Nota 14 (b).

(iii) Chavimochic – Em 2017, a Chavimochic apresentou um pedido de caducidade do contrato de concessão por causa imputável ao Poder Concedente, sem implicar, necessariamente, na rescisão imediata do contrato de concessão, iniciando-se um procedimento de arbitragem internacional para solucionar as controvérsias geradas pelo inadimplemento do contrato de concessão por parte do Poder Concedente. Durante o ano de 2018, foi instaurado o Tribunal Arbitral, que está atualmente em andamento, conforme calendário processual, estimado para ser concluído até o final do ano de 2020.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Consórcio Expresso Linha 6 ("CEL6") – No dia 02 de outubro de 2020 o CEL6 celebrou com a Acciona Construcción S.A. o Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda"), referente a venda de parte de seus ativos imobilizados e alguns itens de estoque. O montante atribuível à Companhia é R\$ 60.599 a ser registrado na rubrica de outros contas a receber, entre curto e longo prazo, até dezembro de 2020.

Nessa mesma data o CEL6 celebrou com a Concessionária Move São Paulo S.A. o Instrumento de Distrato ("Distrato"), tendo como intervenientes anuentes a Linha Universidade Participações S.A. ("Nova Concessionária") e a Acciona Construcción S.A., ficando a Nova Concessionária obrigada a pagar ao CEL6 o valor decorrente do Distrato. O montante atribuível à Companhia é de R\$ 44.401 a ser registrado na rubrica de outros contas a receber, no longo prazo, até dezembro de 2020.

(b) Demonstração do resultado do período

	Períodos findos em 30 de setembro	
	2020	2019
CNO S.A - Sucursal Venezuela (v)	(1.226.339)	(1.269.130)
CBPO Ingenieria de Venezuela C.A. (v)	(78.564)	4.088
CBPO Ltda. - Sucursal Venezuela (v)	(43.769)	(36.272)
Chavimochic	(758)	
Rutas del Sol	(261.041)	
	<u>(1.610.471)</u>	<u>(1.301.314)</u>
Prejuízo do período de operações descontinuadas – por ação	<u>(0,123)</u>	<u>(0,118)</u>

(v) Refere-se à descontinuidade das operações das sucursais e subsidiária da Companhia na Venezuela, conforme apresentado na Nota 1 (d), sendo o valor de R\$ 1.348.672 substancialmente referente a perdas de variação cambial sobre passivos em moeda estrangeira.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Investimentos

(a) Informações sobre as principais coligadas

	Ações / Quotas possuídas direta ou indiretamente		% de participação da Companhia		Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido ajustado (passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do período	
	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
OSP Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial ("OSPInv") (i) (ii)	816.671.285	816.671.285	41,47	41,47	5.967.634	11.184.631	15.524.168	12.688.757	(9.556.534)	(1.504.125)	29.518	41.598	(3.480.621)	(2.973.103)
SDM (ii)	225.000	225.000	50,00	50,00	11.219	11.219	37.889	37.882	(26.670)	(26.663)			(8)	(260)
CTO - Concessionária Travasse Olmos	40.419.434	23.052.086	36,32	36,32	596.165	453.544	454.851	384.538	141.314	69.006	82.399	74.465	39.014	2.725
Elos Ligações de Alta Velocidade S.A.	65.210	65.220	13,04	13,04	1.072.985	735.069	199.549	136.478	873.436	598.591		44		(3.365)
SPV Andrade Gutierrez Odebrecht	52.500	52.500	50,00	50,00	9.607	85.341	75.091	44.685	65.484	40.656	11.025	43.176	8.184	13.121
Etileno XXI Holding B.V.	18.000	18.000	50,00	50,00	85.363	59.234	333	229	85.030	59.004			(2)	2.871
Etileno XXI Services B.V.	18.000	18.000	40,00	40,00	147.334	108.149	3.171	26.444	144.164	81.704		22.331	(173)	19.458
Rutas de Lima	40.941	40.941	25,00	25,00	3.987.355	3.049.300	2.581.999	1.939.718	1.395.848	1.102.206	232.052	464.844	(24.031)	(58.665)

(i) A OSPInv foi constituída em 29 de maio de 2015. É a uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em São Paulo - SP. A OSPInv possui participação direta nas controladas: OSP (100%), Atvos Agroindustrial Investimentos S.A. – Em recuperação judicial (82,30%) e Braskem (38,38%).

(ii) Em 30 de setembro de 2020, esses investimentos possuem passivo a descoberto. Adicionalmente, a participação da Companhia nas perdas acumuladas dessas empresas é superior ao valor contábil do investimento. De acordo com as políticas contábeis relacionada a prática de registro em coligadas e controladas em conjunto, a Companhia não reconhece como passivo, a sua participação nas perdas adicionais oriundas desses investimentos.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos investimentos e provisão para passivo a descoberto

Investimentos - Sociedades coligadas	% de participação	País	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Dividendos	Transferências	Outros ajustes de investidas	Equivalência patrimonial (a)	Outras equivalências (a)	Ajustes de conversão	30 de setembro de 2020
CTO - Concessionária Trásvase Olmos	36,32	Peru	25.064						14.170		12.092	51.326
CENTRAD - Consórcio do Centro ADM	5,00	Brasil	15.174						(3.209)	(79)		11.886
Etileno XXI Holding B.V.	50,00	Holanda	29.501					(1)			13.014	42.514
Etileno XXI Services B.V.	40,00	Holanda	32.681					(69)			25.053	57.665
Grand Parkway	50,00	EUA	8.978			(675)			608		4.326	13.237
SPV Andrade Gutierrez Odebrecht	50,00	Gana	20.328						4.092		8.322	32.742
AOT Pipelines	33,34	México	17.061						2.590		3.900	23.551
ELoS - Ligação de Alta Velocidade S.A.	13,04	Portugal	78.051								35.880	113.931
Kulanda Malls	30,00	Angola	12.833						(2.668)		5.047	15.212
Rutas de Lima (b)	25,00	Peru					261.007		8.659		79.296	348.962
Outros Investimentos			6.367		(878)	(10.299)		13.294	(5.031)	3.213	2.638	9.304
			<u>246.038</u>	<u></u>	<u>(878)</u>	<u>(10.974)</u>	<u>261.007</u>	<u>13.224</u>	<u>19.211</u>	<u>3.134</u>	<u>189.568</u>	<u>720.330</u>

Provisão para passivo a descoberto	% de participação	País	31 de dezembro de 2019	Adições	Baixas	Dividendos	Transferências	Outros ajustes de investidas	Equivalência patrimonial (a)	Outras equivalências (a)	Ajustes de conversão	30 de setembro de 2020
B. SABOR - Bento Pedroso Const. e Lena	50,00	Portugal	(8.252)								(3.793)	(12.045)
Biocom	40,00	Angola	(196.105)						(37.016)		(80.535)	(313.656)
Outras provisões para passivo a descoberto			(1.989)	13.378				(3.456)	(7.777)		(503)	(347)
			<u>(206.346)</u>	<u>13.378</u>	<u></u>	<u></u>	<u></u>	<u>(3.456)</u>	<u>(44.793)</u>	<u></u>	<u>(84.831)</u>	<u>(326.048)</u>

(a) Referente aos resultado da equivalência patrimonial no valor de R\$ (22.448).

(b) Conforme descrito na nota 13 (a), item ii, foi reclassificado da rubrica de “ativo não circulante mantido para venda” para a rubrica de “investimento”, no ativo permanente, o valor de R\$ 261.007, referente ao investimento em Rutas de Lima. Vale ressaltar que, após a reclassificação, foi atualizado os efeitos de equivalência patrimonial, desde o período em que o referido investimento foi reclassificado como mantido para venda até 30 de setembro de 2020, conforme previsto no CPC 31. Os efeitos de resultado, desse período, foram apresentados na linha de equivalência patrimonial, de operações continuadas.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15 Imobilizado

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos e embarcações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Construções em andamento	Outros	Total
Custo	32.939	455.641	1.192.558	325.017	151.185	102.109	55.728	354.074	2.669.251
Depreciação/exaustão acumulada		(135.930)	(868.454)	(254.896)	(112.590)	(86.432)		(303.514)	(1.761.816)
Saldo em 1º de janeiro de 2019	32.939	319.711	324.104	70.121	38.595	15.677	55.728	50.560	907.435
Aquisições		187	30.615	3.166	3.397	678	83	1.245	39.371
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão	(763)	(33.618)	(68.243)	(12.941)	(8.156)	(991)		(5.757)	(130.469)
Transferências			(7.314)	3.299	2.214	1		55.805	54.005
Depreciação/exaustão		(8.901)	(53.454)	(16.934)	(8.454)	(7.765)		(32.524)	(128.032)
Impairment (i)	(165)	(1.435)	(604)	(1.723)	(4.671)	(256)		(1.940)	(10.794)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	132	(1.048)	(25.858)	(9.227)	3.680	(1.300)		(14.451)	(48.072)
Saldo contábil	32.143	274.896	199.246	35.761	26.605	6.044	55.811	52.938	683.444
Custo	32.143	375.311	737.347	250.437	128.087	84.637	55.811	374.754	2.038.527
Depreciação/exaustão acumulada		(100.415)	(538.101)	(214.676)	(101.482)	(78.593)		(321.816)	(1.355.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	32.143	274.896	199.246	35.761	26.605	6.044	55.811	52.938	683.444
Taxas anuais de depreciação (%)		4	20	25	10	20		até 10	

(i) Impairment referente a ativos de Venezuela (Nota 1 (d)).

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(continuação)

	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos e embarcações	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Construções em andamento	Outros	Total
Custo	32.143	375.311	737.347	250.437	128.087	84.637	55.811	374.754	2.038.527
Depreciação/exaustão acumulada		(100.415)	(538.101)	(214.676)	(101.482)	(78.593)		(321.816)	(1.355.083)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	32.143	274.896	199.246	35.761	26.605	6.044	55.811	52.938	683.444
Aquisições			8.098	20.973	2.373	552		54.875	86.871
Baixas, líquidas de depreciação/exaustão		(3.019)	(91.537)	(612)	(255)	49		(5.175)	(100.549)
Transferências (i)		3	46.050	355	(2.063)		(55.728)	(48.011)	(59.394)
Depreciação/exaustão		(7.392)	(18.000)	(9.183)	(6.093)	(4.778)		(13.954)	(59.400)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	11.515	106.107	56.460	9.392	6.368	1.411	409	(10.796)	180.866
Saldo contábil	43.658	370.595	200.317	56.686	26.935	3.278	492	29.877	731.838
Custo	43.658	506.450	812.274	317.086	152.896	102.221	492	449.811	2.384.888
Depreciação/exaustão acumulada		(135.855)	(611.957)	(260.400)	(125.961)	(98.943)		(419.934)	(1.653.050)
Saldo em 30 de setembro de 2020	43.658	370.595	200.317	56.686	26.935	3.278	492	29.877	731.838
Taxas anuais de depreciação (%)		4	20	25	10	20		até 10	

(i) Refere-se substancialmente a imobilizados transferidos para ativos circulantes mantidos para venda, referente ao CEL6, conforme descrito na Nota 13 (a).

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Intangível

Em 30 de setembro de 2020, diante da intenção da Administração de não continuar com a implantação de um novo sistema operacional integrado, priorizando outras melhorias de controles internos, foi baixado o valor de R\$ 78.460 em contrapartida de despesas gerais e administrativas.

O saldo em 30 de setembro de 2020, no montante de R\$ 84.152, está representado substancialmente por softwares e é apresentado líquido das amortizações.

17 Direito de uso

(a) Informações sobre o direito de uso

A Companhia tem como principais transações, na condição de arrendatária, escritórios e equipamentos. Tais arrendamentos são negociados individualmente e contêm diversos termos e condições.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa implícita do contrato. Caso esta taxa não possa ser determinada é considerado o juro incremental de empréstimo da Companhia, equivalente à taxa que a Companhia pagaria ao tomar algum empréstimo, com prazo e garantia semelhante, necessário para obtenção de um ativo similar em um ambiente econômico e condições similares. A Companhia aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos, equivalente a taxa de mercado.

O direito de uso do ativo é mensurado ao custo composto por:

- Montante inicialmente mensurado do passivo de arrendamento;
- Qualquer pagamento efetuado até o momento de início do arrendamento, descontando qualquer incentivo recebido;
- Qualquer custo direto inicial; e
- Custos de restauração.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação de direito de uso

	Arrendamento de edifícios	Arrendamento de máquinas e equipamentos	Arrendamento de equipamentos de informática	Total
Custo	81.726	986		82.712
Amortização acumulada				
Saldo em 1º de janeiro de 2019	81.726	986		82.712
Adições	60.132	70	154	60.356
Baixas	(38)	(93)		(131)
Amortizações	(16.611)	(328)	(68)	(17.007)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	596			596
	125.805	635	86	126.526
Custo	142.040	1.296	154	143.490
Amortização acumulada	(16.235)	(661)	(68)	(16.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	125.805	635	86	126.526
Taxas anuais de amortização (%)	4	até 17	20	

	Arrendamento de edifícios	Arrendamento de máquinas e equipamentos	Arrendamento de equipamentos de informática	Arrendamento de veículos e embarcações	Total
Custo	142.040	1.296	154		143.490
Amortização acumulada	(16.235)	(661)	(68)		(16.964)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	125.805	635	86		126.526
Adições	3.421	258		323	4.002
Baixas		(181)	(49)	(136)	(366)
Amortizações	(17.674)	(63)	(38)		(17.775)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	1.281		1	(1)	1.281
	112.833	649		186	113.668
Custo	146.051	1.944		323	148.318
Amortização acumulada	(33.218)	(1.295)		(137)	(34.650)
Saldo em 30 de setembro de 2020	112.833	649		186	113.668
Taxas anuais de amortização (%)	4	até 17	20	5	

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição dos empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	País	Moeda	Tipo de operação	Modalidade	Encargos financeiros anuais	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Banco Regional do Keve	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Juros pré-fixados de 23,80% + VC	181	8.444
Royal Bank of Scotland	Ilhas Cayman	US\$	Investimento	ECA	Juros pré-fixados de 10,25% + VC	47.113	32.996
Landesbank Baden	Rep. Dominicana	US\$	Investimento	Empréstimo CP	Libor + 2,025% + VC	19.758	13.669
Banco Occidental de Descuento	Venezuela	VES	Operacional	Empréstimo LP	Juros pré-fixados de 24,00% + VC	3	26
Crédito Agrícola Costa Azul	Portugal	€	Operacional	Empréstimo LP	EURIBOR 12M + 2,50%	16.306	13.764
Banco Africano de Investimentos	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Libor 6M + 1,50% a.a Spread (20,59%)	7.382	10.772
Banco Fomento de Angola	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Juros pré-fixados de 19,50% + VC	21.137	44.752
Banco Internacional de Crédito	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Libor 6M + 2,00% a.a Spread (21,34%)	8.196	9.288
Banco Millennium Atlântico	Angola	KWA	Operacional	Empréstimo CP	Libor 1M + 2,75% a.a Spread (21,29%)	49.633	53.618
Liberty Mutual Surety	EUA	US\$	Operacional	Empréstimo CP	Juros pré-fixados de 5,35% + VC	79.695	53.562
Novo Banco	Portugal	€	Operacional	Empréstimo LP	EURIBOR a (6M) + Spread 6%	96.418	66.053
Banco do Brasil	Brasil	R\$	Operacional	ACC	Juros pré-fixados de 7,43%	257.713	181.526
Banco do Brasil	Brasil	R\$	Operacional	ACE	Juros pré-fixados de 7,43%	30.040	12.373
Diversas instituições financeiras no Exterior	Diversos	US\$			Juros pré-fixados de 6,74% + VC	559	417
						634.134	501.260
Legenda:							
COP - Peso Colombiano	VC - Variação cambial				Garantia dos Bonds - OFL	3.661.692	2.528.058
DTF - Depósitos a Termo Fijo	VES - Bolívar Soberano					4.295.826	3.029.318
EURIBOR - Euro Interbank Offered Rate	US\$ - Dólar Americano						
Libor - London Interbank Offered Rate	€ - Euro				Passivo circulante	4.182.544	2.949.084
KWA - Kwana (moeda angolana)	AED - Dirham						
ECA - Export Credit Agencies	R\$ - Reais brasileiros				Passivo não circulante	113.282	80.234
ACC - Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	ACE - Adiantamento sobre Cambiais Entregues						

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias, encontravam-se vencidos os seguintes financiamentos: Royal Bank of Scotland (RBS) / OOL, Landesbank Baden (LBBW) / CNO RD, Banco Fomento de Angola (BFA) / OAL e Banco Occidental de Descuento / CBPO Ingeniería de Venezuela C.A. / CNO S.A. – Banco do Brasil (ACE). Tais valores estão em negociações junto às respectivas instituições financeiras de modo a estabelecer as novas condições e prazos para amortização dos respectivos saldos.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

País	31 de dezembro de 2019	Captações	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Provisão de juros	Variação cambial	Provisão de garantias	30 de setembro de 2020
Brasil	193.898		(7.206)		24.310	76.751		287.753
Portugal	79.817		(3.469)			36.375		112.723
Angola	126.874		(52.207)	(1.200)	2.134	10.929		86.530
EUA	53.979	3.476				22.798		80.253
Ilhas Cayman	32.996				842	13.275		47.113
República Dominicana	13.670					6.088		19.758
Venezuela	26					(22)		4
Brasil - Garantia dos Bonds	2.528.058					1.013.409	120.225	3.661.692
	<u>3.029.318</u>	<u>3.476</u>	<u>(62.882)</u>	<u>(1.200)</u>	<u>27.286</u>	<u>1.179.603</u>	<u>120.225</u>	<u>4.295.826</u>

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O montante do saldo de empréstimos e financiamentos classificado como passivo não circulante apresenta a seguinte composição, por ano de vencimento:

	30 de setembro de 2020
2021	96.977
2023	16.305
	<u>113.282</u>

Os empréstimos e financiamentos da Companhia são mantidos nas seguintes moedas:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Moeda local (Reais)	287.753	193.899
Moeda estrangeira (Dólar)	3.808.817	2.628.702
Moeda estrangeira (Kwanza)	86.529	126.874
Moeda estrangeira (Euro)	112.724	79.817
Moeda estrangeira (Outros)	3	26
	<u>4.295.826</u>	<u>3.029.318</u>

(c) Cláusulas específicas

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e suas controladas não possuem cláusulas de covenants financeiros. Para os covenants não financeiros a Companhia cumpriu com todas as cláusulas.

19 Fornecedores e subempreiteiros

				30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	Não vencidas	Vencidas até 90 dias	Vencidas de 91 a 365 dias	Vencidas a mais de 365 dias	Total
Brasil	117.460	23.815	58.795	59.971	260.041
Exterior	50.748	122.763	4.105	4.590.589	4.768.205
	<u>168.208</u>	<u>146.578</u>	<u>62.900</u>	<u>4.650.560</u>	<u>5.028.246</u>
				Passivo circulante	5.018.737
				Passivo não circulante	9.509
					<u>4.087.264</u>
					<u>8.519</u>

A gestão de capital de giro da Companhia é feita de modo a atrelar os pagamentos dos fornecedores ao recebimento dos clientes. Dos montantes vencidos há mais de 365 dias, quase 60% é devido a fornecedores na Venezuela e no Peru, e que deverão manter o conceito de gestão de capital de giro adotado pela Companhia.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Impostos, taxas, salários e contribuições sociais

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Obrigações trabalhistas		
Brasil	116.467	172.406
Exterior	247.571	296.147
	364.038	468.553
Obrigações tributárias (a)		
Brasil	77.787	84.937
Exterior	468.019	649.970
	545.806	734.907
	909.844	1.203.460
Passivo circulante	866.950	1.153.970
Passivo não circulante	42.894	49.490

(a) Composição por natureza das obrigações tributárias:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Passivo - a recolher		
Imposto de renda e IRRF	289.787	517.046
Tributos Indiretos	159.561	80.302
Parcelamentos (Nota 12 (c) e (d))	63.184	68.180
Encargos com pessoal	9.492	53.034
Outros	23.782	16.345
	545.806	734.907

21 Provisões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras

As provisões feitas pela Companhia e por suas controladas estão ligadas, principalmente, às discussões existentes nas esferas judiciais e administrativas, sendo segregadas por probabilidade de perda, com base na avaliação dos administradores e de seus assessores jurídicos externos, segregadas do seguinte modo:

Obrigações Prováveis – Obrigações nas quais existe uma obrigação legal (ou não) como consequência de um evento passado e que é provável a saída de recursos para liquidação e que possa ser estimada confiavelmente. Para esses casos/processos, a Companhia faz um provisão contábil e a destaca em Nota Explicativa, conforme apresentado no quadro abaixo:

		30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (b)		
	Acordos (a)	Total	Total
Passivo Circulante	536.627	536.627	396.486
Passivo Não circulante	881.829 4.108.586	4.990.415	3.952.303

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Acordos - Foram considerados tanto os acordos já negociados com os diversos países e entidades governamentais, quanto as provisões para fazer frente aos acordos que ainda estão em andamento decorrentes da Operação Lava-Jato (cujos valores foram apurados com base na melhor estimativa da administração e dos consultores jurídicos envolvidos no Brasil e no exterior).

- (b) As contingências tributárias, trabalhistas e cíveis são:

Tributário (i)	401.066
Trabalhista (ii)	444.632
Cível	169.568
	<hr/>
	1.015.266
(-) Depósitos judiciais	(133.437)
	<hr/>
Saldo em 30 de setembro de 2020	881.829
	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	722.468
	<hr/>

- (i) Tributário - A administração tributária do Peru vem fiscalizando as empresas Odebrecht Perú Ingeniería y Construcción SAC, Construtora Norberto Odebrecht S.A. - Sucursal Peru e o Consórcio Constructor Ductos Del Sur com relação aos impostos sobre a renda e impostos sobre vendas relativos aos períodos de 2010 à 2014. De acordo com a estimativa realizada pela área legal da Companhia, foi considerado uma estimativa de provisão, frente a esses processos fiscais, registrada em 30 de setembro de 2020, no montante de R\$ 333.725 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 245.913).

- (ii) Trabalhista - Há diversas ações de natureza trabalhista ajuizadas perante a OEC e suas controladas, incluindo consórcios, respondendo cada consorciada pelo equivalente à sua cota parte. Há também ações em que a OEC e suas controladas figuram como responsáveis subsidiárias, além de ações envolvendo ex-integrantes expatriados. São refletidas como perdas possíveis os processos que se encontram em fase de conhecimento ("sem decisão proferida") e/ou "com decisão favorável ao requerente" pendente de julgamento de recursos em instâncias superiores.

Obrigações Possíveis – Obrigações nas quais é mais provável que não haja uma saída de recursos para a liquidação das obrigações, visto que ainda há de ser confirmado se a Companhia tem de fato ou não uma obrigação presente e que pode ser conduzida à uma saída de recursos. Para esses casos/processos, a Companhia não faz uma provisão contábil, mas destaca em Nota Explicativa, conforme apresentado no quadro abaixo, sendo que não são apresentados valores que não possam ser estimados confiavelmente:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributário (iii)	7.459.607	6.670.505
Trabalhista (ii)	456.028	377.261
Cível (iv)	4.548.758	3.924.413
Total de passivo contingente	<hr/> 12.464.393 <hr/>	<hr/> 10.972.179 <hr/>

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Tributário

- Brasil

Em 17 de outubro de 2018, a CNO foi intimada da lavratura de auto de infração relativo aos supostos débitos de IRPJ/CSLL e IRRF, no montante de R\$ 3.850.187 relacionadas à glosa, pela Receita Federal do Brasil, de despesas incorridas pelas Sucursais da CNO no exterior, cuja natureza indevida ficou evidenciada nos relatos dos colaboradores e acordo de leniência da Odebrecht. A despeito da natureza das despesas incorridas no exterior, carece de fundamentação jurídica as cobranças que estão sendo realizadas, vez que estão em dissonância com a legislação aplicável de cálculo de lucro do exterior.

A defesa desse Auto de Infração foi julgada improcedente em primeira instância. Em março/2020 foi realizada a sessão de julgamento do nosso recurso, o qual foi parcialmente acolhido para afastar a cobrança de IRRF e seus acessórios, sendo o restante mantido por voto de qualidade. Embora ainda não tenhamos obtido acesso ao Acórdão, estima-se que tal resultado implique em uma redução de 50% do valor da autuação. Atualmente aguardamos a intimação sobre o conteúdo da decisão para apresentarmos recurso à instância superior administrativa.

Adicionalmente, em 21 de dezembro de 2017, a CNO foi intimada da lavratura de auto de infração, no montante de R\$ 362.525, para cobrança de IRRF referente a supostos pagamentos sem causa realizados pelas Sucursais da CNO no exterior durante o ano-calendário de 2012, cuja natureza indevida ficou evidenciada nos relatos dos colaboradores e acordo de leniência da Odebrecht. A companhia apresentou Impugnação, a qual foi julgada improcedente em 14 de agosto de 2018, sendo interposto Recurso Voluntário contra a decisão. Em 17 de setembro de 2019 foi iniciado o julgamento do recurso, ocasião em que foi determinada a baixa do processo em diligência para análise de erros de cálculo da autuação, ainda pendente de intimação.

- México

Processo de natureza tributária decorrente de fiscalizações do “Servicio de Administración Tributaria” (SAT) sobre a CNO Sucursal México, relacionados aos exercícios de 2014 e 2015, no valor total aproximado de R\$ 997.063 para os dois períodos. Com o final dos procedimentos de fiscalização, atualmente em fase de contencioso administrativo, a Companhia apresentou “demanda de nulidad” referente à fiscalização de 2015 ao Tribunal Federal de Justiça Administrativa (TFJA) e deverá apresentar uma relacionada à de 2014, assim que voltem as atividades do TFJA, suspensas em decorrência da pandemia do COVID-19. A Companhia apresentou documentos que impugnam a autuação – principalmente IVA e IR sobre remessas da matriz consideradas como receita, e argumenta ainda que a atuação do SAT foi extemporânea, considerando que o artigo 50 do Código Fiscal da Federação Mexicana determina o prazo de 6 meses para notificar o contribuinte sobre inconsistências na apuração do imposto. A primeira “demanda de nulidad” ainda não foi apreciada pelo TFJA e logo após o retorno das atividades do TFJA, a mesma medida processual será adotada para declaração de nulidade da autuação referente ao ano de 2014.

(iv) Cível

- Brasil

A CNO, OECI e a CBPO foram demandadas no bojo de ações coletivas (i.e., ações civis públicas, ações de improbidade administrativa e ações populares) promovidas pelo Ministério Público e/ou Populares que têm como objeto pedidos de anulação de atos/contratos, ressarcimento a supostos danos causados à administração pública e aplicação de sanções previstas nas legislações que regulamentam as referidas ações.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Dessas ações, destacam-se, pelo valor envolvido, ações de improbidade administrativa promovidas (i) pelo Ministério Público de São Paulo relacionadas aos contratos de execução da Linha 5 do Metrô de São Paulo no montante de R\$ 1.407.866 e de execução de serviços de limpeza urbana, cujo impacto para a companhia ainda não é possível precisar em função da pendência de julgamento de recurso e da necessidade de liquidação dos parâmetros determinados na sentença e (ii) pelo Ministério Público do Rio de Janeiro relacionada ao contrato de execução das obras da Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro cujo impacto para a Companhia ainda não é possível precisar, pelo estágio processual que se encontram. Essas ações foram devidamente contestadas pelas controladas da Companhia e seguem em discussão no Poder Judiciário.

As empresas do grupo OEC são partes em procedimentos arbitrais em curso, que envolvem tanto contingências ativas como passivas, alguns deles em estágio incipiente, aguardando a formação do Tribunal Arbitral e/ou a conclusão de tratativas que permitam a solução negociada dos litígios.

Pela própria natureza desses processos e do estágio que se encontram, as pretensões neles deduzidas são manifestamente controvertidas, decorrendo de obrigações celebradas em contratos firmados por empresas do grupo OEC com empresas terceiras, e dependem de decisões dos Tribunais Arbitrais para definição de responsabilidades e, sobretudo, fixação dos valores finais que deverão ser pagos pelas partes, os quais, na maioria dos casos, dependem da realização de provas periciais técnicas e complexas, que envolvem disciplinas de engenharia, contabilidade e economia.

A Companhia constituiu escritórios com notória especialização/reconhecimento para representar seus interesses nessas disputas. Com base na atual posição e particularidades desses processos, a Companhia estima contingências passivas de R\$ 741.813 e contingências ativas de R\$ 327.023, todas com prognóstico possível de realização, o que poderia levar a um valor final de contingências passivas de R\$ 414.790

- Colômbia

Ação Popular movida pela PGN contra a Concessionária Ruta del Sol, suas acionistas OLI Colombia (37%), CNO (25,01%), outras acionistas pessoas jurídicas e também a pessoas físicas, por alegações de violação a direitos coletivos e danos ao patrimônio público em razão de atos de corrupção relacionados ao contrato de concessão. Decisão de primeira instância condenou os demandados solidariamente a uma indenização no valor aproximado de US\$ 210 milhões – R\$ 1.185 bilhões. A Companhia apresentou apelação arguindo a ilegalidade da decisão e impugnando os critérios inadequados utilizados para cálculo da indenização. O recurso foi admitido em fevereiro de 2020 apenas em seu efeito devolutivo e se encontra aguardando julgamento.

Investigação antitruste, através de Processo Administrativo SIC, relacionada ao processo de adjudicação do contrato de concessão Ruta del Sol, em relação a CNO, OPI, outras acionistas pessoas jurídicas e também a pessoas físicas. A defesa da Companhia e seus integrantes se baseia na alegação de inocorrência de prática restritiva em contrapartida a pagamentos ilícitos admitidos. Concluída a etapa de instrução, foi emitida recomendação de sanção a todos os investigados em consequência dos pagamentos ilícitos. A multa para cada empresa pode chegar a US\$ 25 milhões – R\$ 145 milhões. Uma vez emitida a resolução, não cabe recurso ou medida judicial com efeito suspensivo.

- Venezuela

A controlada indireta da Companhia, CNO Sucursal Venezuela, é demandada na Venezuela pela CAMETRO, em relação ao Metro Caracas – Viviendas Mariche –, relativamente à execução de fiança sobre adiantamentos recebidos pela Companhia e não amortizados, além de alegado descumprimento contratual, cuja exposição de perda é avaliada em R\$ 216.073 - US\$ 38.306. O processo atualmente tramita em primeiro grau de jurisdição.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Arrendamento

Contrato	Moeda	Taxa de desconto anual	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Arrendamento de imóveis	R\$ / US\$	19,50%	163.602	151.018
Arrendamento de máquinas e equipamentos	R\$	19,50%	1.339	828
Arrendamento de equipamento de informática	R\$	19,50%	68	150
			165.009	151.996
		Passivo circulante	38.206	21.223
		Passivo não circulante	126.803	130.773

O montante do saldo de arrendamento classificado como passivo não circulante apresenta a seguinte composição, por ano de vencimento:

	30 de setembro de 2020
2021	1.932
2022	17.601
2023	34.518
2024 em diante	72.752
	<u>126.803</u>

Em 3 de julho de 2020, a Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tornou pública a aprovação pelos membros do CPC, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº. 1.055/05 e alterações posteriores, da revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamento. A revisão dos referidos documentos, no julgamento do Comitê, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com as normas contábeis internacionais, editadas pelo IASB.

Essa revisão estabelece alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

A Companhia avaliou os contratos de arrendamento vigentes para o período findo em 30 de setembro de 2020 e não identificou efeitos materiais decorrentes da aplicação dessa revisão.

23 Outros passivos curto e longo prazo

Em 30 de setembro de 2020, os saldos de outros passivos de curto prazo estão pulverizados em diversas naturezas, sendo substancialmente compostos por provisões contratuais referentes a discussões em andamento com subempreiteiros, consorciadas e clientes relacionados a projetos no Brasil e no Exterior nos montantes de R\$ 644.215 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 432.598).

Em 30 de setembro de 2020, os saldos de outros passivos de longo prazo estão pulverizados por diversas naturezas, sendo substancialmente compostos por provisões contratuais referente a discussões em andamento com clientes relacionados a projetos no Brasil, no montante de R\$ 350.638 (31 de dezembro de 2019 – R\$ 336.169).

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2020 é de R\$ 9.771.631 (31 de dezembro de 2019 - R\$ 9.771.631), totalmente subscrito e integralizado por pessoas jurídicas nacionais, representado por 13.091.490.404 (31 de dezembro de 2019 - 13.091.490.404), ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

(b) Ajuste de avaliação patrimonial

Esta conta foi criada pela Lei nº 11.638/07 com o objetivo de registrar os valores pertencentes ao patrimônio líquido que não transitaram pelo resultado do período. O impacto desses valores no resultado ocorrerá quando da sua efetiva realização. A seguir, demonstramos a movimentação nesta conta para os períodos findos em 30 de setembro de 2020 e de 2019.

	Períodos findos em 30 de setembro	
	2020	2019
Saldo inicial do período	1.768.442	1.105.294
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas (i)	(6.809)	(129.318)
Efeito reflexo de correção monetária de investidas no exterior (ii)	70.591	(26.155)
Variação cambial de investidas no exterior (iii)	1.819.951	755.077
Saldo final do período	3.652.175	1.704.898

(i) Refere-se, basicamente, às variações de hedges contratados pela coligada indireta Braskem.

(ii) Em 2019, a variação de efeitos reflexos de correção monetária de investidas no exterior está atrelada aos efeitos de inflação das controladas indiretas da Companhia na Venezuela e Argentina. Em 2020, a variação corresponde somente a efeitos inflacionários de controladas da Companhia na Argentina, tendo em vista que a Companhia deixou de reconhecer os efeitos inflacionários da Venezuela a partir de 1 de julho de 2019, conforme informado na nota 2.3.

(iii) Refere-se à conversão dos saldos das investidas no exterior para a moeda funcional da Companhia.

(c) Resultado por ação

	Períodos findos em 30 de setembro	
	2020	2019
Prejuízo do período atribuível aos acionistas da Companhia	(7.147.547)	(5.140.128)
Média ponderada da quantidade de ações, por classe (em milhares) Ações ordinárias	13.091.490	11.034.801
Resultado por ação (expresso em Reais) Ações ordinárias	(0,546)	(0,466)

Odebrecht Engenharia e Construção S.A.
e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Receita Líquida de serviços e vendas

	Períodos findos em 30 de setembro	
	2020	2019
Receita de serviços		
Mercado interno	659.292	693.696
Mercado externo	1.233.456	3.764.057
	1.892.748	4.457.753
Receita de vendas		
Mercado interno	26.683	5.188
Mercado externo	19.088	16.241
	45.771	21.429
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(75.615)	(61.325)
Receita líquida de serviços e vendas	1.862.904	4.417.857

26 Gastos por natureza

	Períodos findos em 30 de setembro			
	2020		2019	
	Custo dos serviços prestados	Gerais e administrativas e com vendas	Total	Total
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(402.833)	(4.114)	(406.947)	(488.039)
Despesas com pessoal	(461.707)	(303.708)	(765.415)	(1.248.601)
Serviços de terceiros (a)	(576.608)	(43.039)	(619.647)	(1.656.131)
Depreciação e amortização	(29.856)	(45.118)	(74.974)	(116.990)
Reversão (Provisão) para contingências	1.585	(40.387)	(38.802)	(27.411)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(22.652)	(22.652)	(39.134)
Amortização de direito de uso	(2.308)	(15.467)	(17.775)	(11.334)
Gastos administrativos	(83.952)	(162.555)	(246.507)	(393.054)
Outros, líquido	(16.207)	(16.493)	(32.700)	(20.321)
	(1.571.886)	(653.533)	(2.225.419)	(4.001.015)

(a) Composição por natureza dos serviços de terceiros

	Períodos findos em 30 de setembro	
	2020	2019
Subempreiteiros	(463.002)	(1.441.592)
Aluguel e manutenção de equipamentos	(23.995)	(26.913)
Limpeza e vigilância	(14.301)	(23.750)
Transportes	(17.665)	(15.977)
Consultoria e Auditoria	(99.784)	(146.030)
Informática e tecnologia	(801)	(1.172)
Outros	(99)	(697)
	(619.647)	(1.656.131)

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Resultado financeiro, líquido

	Períodos findos em 30 de setembro	
	2020	2019
Receitas de aplicações financeiras	8.287	24.441
Receita (despesas) de variação cambial (i)	(4.474.445)	(760.993)
Juros de empréstimos e financiamentos	(45.251)	(19.368)
Juros de arrendamento mercantil	(20.632)	(15.829)
Provisão para garantias (ii)	(120.225)	(2.403.559)
Comissões bancárias	(40.699)	(36.157)
Provisão de perdas esperadas de créditos com partes relacionadas (iii)	(333.324)	
Ajuste a valor presente	(101.116)	
Outros, líquido	99.125	(111.977)
	<u>(5.028.280)</u>	<u>(3.323.442)</u>

- (i) Perda de variação cambial decorrente substancialmente dos passivos em moeda estrangeira, atrelados as suas sucursais e subsidiárias indiretas no exterior.
- (ii) Conforme descrito na nota 1 (b), decorrente do lançamento a mercado do Concent Solicitation, com base nos termos e condições do Term Sheet, foi atualizado o saldo da provisão da garantia, com base no valor justo dos Bonds OFL, cujo montante atualizado foi de US\$ 21.314 mil - R\$ 120.225.
- (iii) Conforme mencionado na nota 1 (c) em 2019 a Administração da Companhia avaliou a necessidade de constituir uma provisão para redução ao valor recuperável (impairment) sobre os créditos mantidos com as empresas em Recuperação Judicial. Nesse sentido, em 30 de setembro de 2020 foi atualizada a provisão decorrente dos efeitos de variação cambial registrados no semestre.

28 Despesa de imposto de renda e contribuição social

	Períodos findos em 30 de setembro	
	2020	2019
Imposto de renda corrente	(1.399)	(21.528)
Contribuição social corrente	(504)	(7.750)
Imposto de renda no exterior (sucursais e subsidiárias) - corrente	(83.341)	(482.540)
	<u>(85.244)</u>	<u>(511.818)</u>
Imposto de renda diferido	(84.136)	(20.201)
Contribuição social diferida	(30.289)	(7.272)
Imposto de renda no exterior (sucursais e subsidiárias) - diferido	549	33.973
	<u>(113.876)</u>	<u>6.500</u>

(a) Imposto de renda no Brasil e exterior

No período findo em 30 de setembro de 2020, a despesa com imposto de renda está representada, principalmente, pelos impostos gerados nas operações de Brasil R\$ 116.328 (30 de setembro de 2019 -

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ 56.751); Angola (R\$ 101.846) (30 de setembro de 2019 - R\$ 415.218); Argentina (R\$ 10.116) (30 de setembro de 2019 – R\$ (17.581)); Panamá (R\$ 1.603) (30 de setembro 2019 - R\$ 69.044) e Peru (R\$ 7.363) (30 de setembro de 2019 – (R\$ 9.202))

29 Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia estão demonstradas conforme indicado a seguir:

Tipo de garantia oferecida	Modalidade	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Fiança Corporativa	Bonds OFL (nota 1 (b))	18.615.520	12.676.527
	Sociedades do Grupo Odebrecht (I)	1.107.386	791.310
	FINAME OSP	4.450	6.305
	Empréstimos	549.545	654.740
	Imobilizado	4.313	4.011
	Leasing	18.176	14.303
Garantia Bancária	Ação Judicial (Appeal Bond)	121.503	103.623
	Garantia de Execução (Performance Bond)	328.431	239.634
Seguro Garantia	Adiantamento de Pagamento (Advance Payment Bond)	9.340.669	6.817.417
	Garantia de Execução (Performance Bond)	13.462.772	10.841.070
	Garantia de Execução e Pagamento (Performance And Payment Bond)	167.380	1.288.355
	Garantia de Manutenção (Maintenance Bond)	2.218.351	1.665.378
	Outros	536.679	550.705
		<u>46.475.175</u>	<u>35.653.378</u>

No processo de conquista e na execução de contratos no Brasil e no exterior, a Companhia e suas controladas utilizam seguro-garantia ("Surety Bond"), obtido com o apoio da Horiens, empresa integrante do Grupo, através de alianças estratégicas de longo prazo com seguradoras e corretoras de primeira linha no mercado segurador global.

- (i) Em 07 de maio de 2012, CNO, OAS Engenharia e Construção S.A. Em Recuperação Judicial ("OAS") e UTC Engenharia S.A. – em recuperação judicial ("UTC") firmaram com a Petrobras Netherlands BV – PNBV ("PNBV") o Contrato EPC, para executar a conversão dos cascos de 4 (quatro) navios VLCC (very large crude carriers) em FPSO's (floating, production, storage and offloading).

O valor original do Contrato EPC estava estimado em US\$ 1.963.207.

Em 07 de maio de 2012, a CNO, a OAS e a UTC celebraram com a PNBV o Assignment Agreement, por meio do qual cederam sua posição contratual para a empresa ENSEADA desde 04 de outubro de 2019 ("ENSEADA"), permanecendo, perante a PNBV, solidariamente responsáveis pelas obrigações contratuais do Contrato EPC.

O Contrato EPC prevê uma limitação de responsabilidade de 10% (dez por cento), do valor do contrato, devidamente ajustado conforme aditivos e corrigido segundo inflação. A limitação de responsabilidade das Partes não se aplica nos casos de dolo ou culpa grave, fraude, multas por atraso, violação à lei ambiental, fiscal/tributária e do trabalho/previdência.

Durante a execução do Contrato EPC surgiram disputas entre a ENSEADA e a PNBV relacionadas ao cumprimento de obrigações contratuais de ambas as partes.

Diante do impasse, em 11 de julho 2016 a ENSEADA e PNBV firmaram o Agreement on Certain Matters, no qual foi estabelecida a devolução da custódia dos 4 cascos à PNBV e a renúncia, pela PNBV, ao direito de cobrar eventuais danos decorrentes dos serviços pendentes/incompletos, danos/multas por atraso e danos/multas por descumprimento de conteúdo local.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Agreement on Certain Matters estabelece também que a ENSEADA e a PNBV deverão enviar os melhores esforços no sentido de se obter um acordo para as diferenças surgidas no Contrato EPC. O instrumento também estabelece que os eventuais direitos da PNBV somente serão devidos e exequíveis quando houver uma solução definitiva de todas as disputas entre a ENSEADA e a PNBV, seja por negociação/acordo, arbitragem ou outra forma de solução de disputas.

Em março de 2019, a PNBV manifestou seu interesse em iniciar um procedimento arbitral.

Em razão do estado incipiente do procedimento arbitral, ainda pendente de formação do tribunal arbitral, da assinatura da ata de missão e da apresentação da resposta da ENSEADA e alegações iniciais, não é possível estimar os valores envolvidos no valor da garantia da CNO.

30 Cobertura de seguros (não revisado)

A OEC possui cobertura securitária tanto para a operação nacional como internacional, contratando coberturas de seguro, que incluem Riscos de Engenharia, responsabilidade civil geral, D&O, E&O, transportes nacional e internacional, Riscos Operacionais, entre outras. A Companhia acredita que seu Programa de Seguros é consistente com os padrões aplicados aos mais altos índices de gestão de risco de empresas de construção multinacionais que operam globalmente.

Os Limites Máximos de Indenização ("LMI"), por evento e/ou no agregado, para cobrir eventuais sinistros, tendo em vista a natureza da atividade da Companhia, benchmarks e estudos de cenários de perdas máximas estimadas realizadas por especialistas, são:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Brasil	8.927.301	9.262.223
Exterior	37.823.889	36.489.305
	<u>46.751.190</u>	<u>45.751.528</u>

*Ramos securitários considerados para Ativos / Projetos - Riscos de Engenharia, Riscos Operacionais, Riscos Diversos Equipamentos, Transportes e Frota de automóveis.

**Ramos securitários considerados para Seguros de Responsabilidades - Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Profissional, Responsabilidade Civil Ambiental, Responsabilidade Civil Obras, e D&O e Seguros de Vida.

31 Eventos subsequentes

(a) Bonds OFL

Conforme mencionado na nota 1 (b), em 11 de novembro de 2020 foi homologado pelo Tribunal de RJ o plano de reestruturação da OFL ("Plano OFL"), que tinha sido aprovado pelos credores em 4 de setembro de 2020. Em termos gerais, o Plano OFL prevê que, desde que verificadas certas condições de eficácia, os credores quirografários da OFL receberão, em pagamento de seus créditos, novas notas quirografárias, a serem emitidas de acordo com o plano de recuperação extrajudicial da Companhia, em conformidade com o Term Sheet divulgado em 30 de agosto de 2019.

Odebrecht Engenharia e Construção S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às demonstrações
financeiras intermediárias consolidadas condensadas em 30 de setembro de 2020
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Como consequência, os Bonds existentes serão trocados pelos novos Bonds a serem emitidos no âmbito do plano de recuperação extrajudicial da Companhia. A OFL também entrou com uma petição perante os Tribunais de Falências de Nova York em 24 de novembro de 2020, solicitando que os efeitos da Recuperação Judicial Brasileira movida pela OFL e seu Plano sejam reconhecidos no Território dos Estados Unidos, nos termos do Capítulo 15, título 11 do Código de Falências dos Estados Unidos ("Capítulo 15"). Quando houver a aprovação do Capítulo 15, perante a corte Americana, a referida provisão da garantia será reconhecida como dívida e classificada como passivo circulante e não circulante de acordo com o novo fluxo de pagamento acordado na negociação dos Bonds.

(b) Consórcio Expresso Linha 6 ("CEL6")

Conforme mencionado na nota 13 (a) subitem iv, no dia 02 de outubro de 2020 o CEL6 celebrou com a Acciona Construcción S.A. o Contrato de Compra e Venda de Ativos e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda"), referente a venda de parte de seus ativos imobilizados e alguns itens de estoque. O montante atribuível à Companhia é R\$ 60.599 a ser registrado na rubrica de outros contas a receber, entre curto e longo prazo, até dezembro de 2020.

Nessa mesma data o CEL6 celebrou com a Concessionária Move São Paulo S.A. o Instrumento de Distrato ("Distrato"). Oriundo do Distrato, o montante a ser recebido atribuível à Companhia é de R\$ 44.401 a ser registrado na rubrica de outros contas a receber, no longo prazo, até dezembro de 2020.

(c) Monitoramento Independente

Conforme mencionado na nota 1 (a), em outubro de 2020, os monitores externos entregaram às autoridades o relatório final de certificação sobre o ambiente de controles internos da Companhia e em 16 de novembro de 2020, o monitoramento independente em relação ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos foi encerrado.

Os compromissos assumidos perante as autoridades signatárias dos Acordos de Leniência e Termos de Compromisso buscou aprimorar o ambiente de controles da Companhia de maneira eficiente e sustentável. Dentre o escopo do monitoramento, pode-se ressaltar a avaliação do Programa de Integridade, visando a manutenção de um ambiente de controles adequado, com ênfase especial no cumprimento das leis anticorrupção aplicáveis, questões de conduta e a implementação de controles internos eficazes nos processos de contratação e pagamentos a terceiros, reembolsos, registros contábeis com suporte documental de qualidade.

* * *